



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 93ª
(NONAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DISCUTIR QUESTÕES RELACIONADAS À REGULARIZAÇÃO DOS
CHACAREIROS DA VARGEM DA BÊNÇÃO,
EM 24 DE OUTUBRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.783, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante e outros, a sessão ordinária de hoje, dia 24 de outubro de 2013, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para discutir questões relacionadas à regularização dos chacareiros da Vargem da Benção.

Convocamos todos os Deputados e demais convidados a se dirigirem a este plenário para início do debate.

Nesse sentido, declaro suspensa a presente comissão geral.

(Suspensa às 15h27min, a sessão é reaberta às 15h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	2

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para discutir questões relacionadas à regularização dos chacareiros da Vargem da Benção.

Convido a tomar assento à Mesa as seguintes autoridades: o Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, Dr. Lúcio Taveira Valadão; a Sra. Presidenta da Associação da Vargem da Benção, Stefânia Leão; o Sr. Diretor Extraordinário de Regularização de Imóveis Rurais da Terracap, Moisés José Marques; o Sr. Gerente de Projetos Especiais da Terracap, Reginaldo Vaz de Almeida, aqui representando o Sr. Presidente da Terracap, Abdon Henrique; o assessor especial da Superintendência de Licenciamento e Fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM, Sr. João Carlos Costa Oliveira, aqui representando o Sr. Presidente Nilton Reis Batista Júnior; a Sra. advogada da Associação da Vargem da Benção, Dra. Elza Zaluski. (palmas.)

Durante a fala dos componentes da Mesa, o Cerimonial fará a inscrição daqueles que desejarem fazer uso da palavra sobre esse tema, que é regularização dos chacareiros da Vargem da Benção, pelo tempo regimental de três minutos.

Senhoras e senhores, eu gostaria de saber se o nosso companheiro amigo Ari de Almeida, Administrador de Ceilândia, já chegou. Deixarei um lugar reservado aqui na Mesa porque o Ari deve estar chegando.

O sentido desta audiência pública, eu fui convidado...

Quero registrar também, na parte dos jornalistas, a presença do Deputado Robério Negreiros. Hoje está dispensado o uso do uniforme, Robério.

Eu fui convidado pelo Ari para uma reunião com a Stefânia e a família deles lá no Parque Leão para me inteirar dessa situação dos chacareiros da Vargem da Benção. Só entro numa coisa quando tenho certeza do que é. Não faço política pela política, não faço política única e exclusivamente pensando em voto. Ao comparecer lá, conversar com eles e me informarem a respeito do assunto, dessa questão da Vargem da Benção, senti a necessidade de realizarmos esta comissão geral trazendo as autoridades competentes para que possamos discutir o assunto.

Dr. Lúcio Valadão, aquelas são pessoas que estão ali há muito tempo. São pessoas que estão produzindo. São pessoas que estão morando, mas, acima de tudo, são pessoas também que tiveram a preocupação fundamental, que eu sei que é a mesma sua, com o meio ambiente. São pessoas que estão ali preservando o meio ambiente.

A exemplo do Vale da Benção, há outras áreas no Distrito Federal com que a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Regularização e a Secretaria de Habitação terão que se preocupar muito, como, por exemplo, Vicente Pires. Eu vejo ali o Machado e o Adeval, que são de Vicente Pires.

Quando cheguei aqui em 1977, fui trabalhar de vigilante na Ceasa. Boa parte dos produtos hortigranjeiros que lá eram vendidos era produzida em Vicente Pires.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	3

Eu me lembro de que, quando eu trabalhava ali – era segurança da pedra lá da Ceasa –, nós víamos as pessoas perguntarem: “Você vem de onde?” “Do Vicente Pires.” Depois, nós vimos brotarem, da maneira que brotaram, casas e mais casas ali. Eu estou falando dessa questão porque vocês estão aqui, e nós pretendemos fazer uma comissão geral também para discutir isso. Deu no que deu, naquela situação que está lá.

Um dia, o Machado me convidou para passar o dia inteiro com eles andando lá pelo Vicente Pires. Nós convidamos na época o então Presidente da Terracap, Dr. Marcelo Piancastelli, para nós os visitarmos. Pudemos verificar algumas coisas que há ali no Vicente Pires, que só há no Vicente Pires e quase ninguém sabe que há. Por exemplo, Dr. Lúcio, uma chácara que produz uvas e produz vinho. Lá dentro do Vicente Pires eles fabricam algo em torno de 2 mil litros de vinho por safra produzida lá. Há outro chacareiro morador do Vicente Pires que tem uma – eu não sei nem se é uma criação, mas eu vou dizer como eu entendo – criação de pombo-correio. Eu nunca tinha visto um pombo-correio na minha frente e lá no Vicente Pires eu vi. Ele me falou que concorre com esses pombos mundo afora, Portugal, Bélgica, não sei onde mais.

Há uma senhora que foi o que mais me comoveu a estar ao lado de vocês nessa briga pela manutenção daquelas chácaras com as características que elas têm hoje. Dr. Lúcio, ela produz alface, produz couve. Chegaram lá com 12 milhões de reais querendo comprar a chácara dela para parcelar e ela não vendeu. Ela pode trabalhar até a décima geração dela vendendo alface e vendendo couve, que ela não vai conseguir 12 milhões, mas ela está lá porque se preocupou efetivamente com a preservação da terra.

Portanto, esse debate que nós vamos promover aqui... Eu sei que o governo tem de ter política habitacional, mas, do meu ponto de vista, a política habitacional não pode ser executada a qualquer preço. Ela tem que ter, acima de tudo, a preservação das nossas nascentes e cuidado com as pessoas que estão produzindo o que comer.

Eu sempre digo que você pode até viver sem energia. Eu vivi morando na roça, no interior do Maranhão, até os 24 anos de idade. Eu trabalhava na roça e não tinha energia lá no nosso povoado, mas eu vivi. Agora, eu duvido que alguém viva uma semana sem água. Não vive. Portanto, se a gente não tiver preocupação efetiva com os nossos mananciais, com as nossas nascentes, nós teremos sérios problemas de abastecimento no Distrito Federal.

É a mesma coisa com relação ao alimento. Temos hoje mais de 1 bilhão de pessoas no mundo que passam fome. O Brasil é uma espécie de celeiro da produção agrícola, mas nós temos que proteger as pessoas daqui do Distrito Federal que querem produzir também. Portanto, esse é o sentido dessa comissão geral. Eu entrei nessa luta deles, porque acho que é justa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	4

Quero de pronto agradecer pelo comparecimento de vocês interessados e das autoridades responsáveis. Que encontremos uma saída tranquila, pacífica, mas acima de tudo respeitosa com os produtores da Vargem da Bênção.

Eu vou tomar a liberdade, Dr. Lúcio, de passar inicialmente a palavra a Stefânia, depois, à Dra. Elza, e em seguida, às autoridades do governo.

Estamos de acordo assim? (Pausa.)

Concedo a palavra a Sra. Stefânia Leão por quinze minutos.

SRA. STEFÂNIA LEÃO – É pouco.

Eu queria aqui dar boa tarde a todos e agradecer a presença de todos. Agradeço ao Deputado a oportunidade que nos deu de estarmos mais uma vez debatendo a questão da Vargem da Bênção e mais uma vez pedindo que nos escutem, porque nós estamos em uma situação de desespero.

O senhor fala, Deputado, que já ficou sem luz. Muitas vezes eu tive como presenciar isso e viver sem energia, porque a vida do meu pai sempre foi essa, de comprar fazenda, melhorar e vender, até que nós encontramos a nossa chácara aqui. Por diversas vezes eu vivi em fazenda sem luz. Nunca sem água, graças a Deus.

Estou desesperada porque a nossa região da Vargem da Bênção é uma região de corredor ecológico, uma região que está vivendo um desastre ecológico muito grande. Há a preocupação com o que vai acontecer com a implantação do Parque das Bênções. Eu entendo a questão da demanda habitacional do governo. Acho que é válido quem não tem condições de comprar ter a oportunidade de adquirir uma moradia. Mas eu acho que a gente tem, sim, que respeitar a natureza porque a gente precisa pensar no futuro.

Então, eu questiono não só a questão do direito dos ocupantes da área – no nosso caso, somos o contrato número 1 da Vargem da Bênção –, mas também a questão de todos os moradores da Vargem da Bênção, porque até agora o governo não deu uma solução para a desocupação da área. Os estudos estão se fazendo agora. O governo está fazendo e aprovando tudo o que foi solicitado, aprovando numa pressa – e questionáveis as aprovações –, e a questão humana até agora nada, não procurou nenhum morador, não foi oferecido nada a não ser entrar na fila da Codhab.

Isso me preocupa muito, pois muita gente ali não sabe fazer outra coisa a não ser plantar. Vai resolver mandar para um apartamento? Vão viver do quê? Vão roubar? Então essa é uma preocupação muito grande que nós temos: esses moradores vão viver de quê? Vão para onde? Vai acontecer o que aconteceu com o pessoal da Estrutural, que foi para debaixo de uma lona, e depois é que vão resolver? Não. Isso não pode acontecer.

Tem gente que está aqui... A D. Francisca, por exemplo, há uns vinte dias teve a sua casa derrubada e está vivendo de favor. E agora o governo está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	5

procurando uma solução para resolver o problema da casa dela, que já foi derrubada. Ela já está vivendo de favores. E a plantação? Ela vai começar a pedir na rua, daqui a uns dias, não tem outra solução. Então essa é uma preocupação, a gente precisa que o governo olhe para o nosso lado.

A outra questão é ecológica. Está se fazendo esse bairro, vai se criar um bairro para 120 mil pessoas numa área com grande problema ambiental. Depois que ele for instalado é que verão os desastres que vão ser causados no futuro? Não podemos deixar isso acontecer com uma cidade que foi projetada, uma cidade moderna, com 50 anos, uma cidade que é Patrimônio Cultural da Humanidade. Isso é um absurdo que está sendo colocado, a toque de caixa, numa pressa danada.

Não sei qual é o grande interesse disso. Se o interesse é habitacional, gente, vamos procurar uma área que não tenha esse desastre ecológico, que não vai causar esse dano para a nossa cidade.

Não é só a questão da Vargem da Bênção não. Isso vai atingir a Capital da República. Já foi comprovado que, em Brasília, em dez anos, a gente vai começar a ter problema com água. Como vamos viver sem água? A gente vai ter de comprar água igual está acontecendo em muitos municípios do Nordeste.

Isso está acontecendo por causa dessa demanda, por causa desse interesse imobiliário, as terras no Distrito Federal hoje valem uma fortuna. Não podemos admitir isso. A gente está na Capital, a gente precisa dar exemplos. E esse exemplo precisa partir desta Casa, porque são vocês que mudam o destino do Brasil, que mudam o destino de uma cidade.

Então, Deputado, eu vim aqui... Pessoalmente eu não conheço os trâmites da legislação, não sei como é que acontece, é a primeira vez que eu participo de uma audiência pública falando, participando na Mesa. Mas o meu pedido aqui na Mesa, de público, é que o senhor nos defenda. Ajude-nos a defender a nossa natureza, a nossa Capital, porque a história da política precisa mudar.

Eu entendo que a área virou urbana. Virou urbana até sem nenhum chacareiro desses aqui ter conhecimento disso.

Eu ouvi há pouco o Sr. Aníbal, do Casa Grande, falar que o Casa Grande também estava para ser aprovado como urbano. E eles conseguiram... Houve quatro audiências lá no Casa Grande, e a população pediu para que a área continuasse rural.

A Vargem da Bênção não teve essa oportunidade. Nós não vimos na Vargem da Bênção uma faixa convidando esses moradores. E não somos muitos. No dia em que foi nos apresentar o plano de remoção, a Codhab demorou três horas para comunicar a todos os chacareiros.

No PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial –, uma coisa tão importante para a nossa região e tão importante para a Capital, a nossa população não esteve presente. Então nós não podemos nem falar: “O PDOT foi aprovado e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	6

“você não se fizeram presentes”. Nós não sabíamos que estávamos inseridos nisso. Não tivemos o conhecimento. Eu peço, caso tenha essa oportunidade, que revejam essa questão da Vargem da Bênção, essa questão ambiental, porque isso é grave, isso é um crime.

Então é isso o que eu vim pedir. Vim pedir o apoio do Deputado e de todos os Deputados desta Casa para que revejam essa questão do PDOT da Vargem da Bênção e a questão da LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo, porque a Vargem da Bênção não está inserida nessa nova Luos que estão questionando aí. E eu agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Stefânia.

Concedo a palavra à Sra. Elza Zaluski, advogada da Associação dos Chacareiros da Vargem da Bênção.

SRA. ELZA ZALUSKI – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Saúdo a todos.

Eu gostaria de sair daqui hoje com uma proposta efetiva, porque o que tem ocorrido ultimamente ou desde o início desta questão é que a gente tem ido a reuniões, tem ido a debates e não se sai com nenhuma efetividade, com nenhuma solução. Enquanto isso, a Mendes Júnior, vencedora da licitação, está alugando salas próximas à Vargem da Bênção, está colocando máquinas, está indo lá se instalando para dar andamento ao projeto urbanístico. E nós aqui, com cara de palhaço, esperando que alguém faça alguma coisa – se ainda há alguma coisa a ser feita. Eu acho que ainda há alguma coisa a ser feita, mas não acho que há vontade política para isso. Mas, enfim...

Gostaria também de questionar por que hoje a Mesa está sendo composta, com exceção da Stefânia e da minha pessoa, apenas por representantes do Governo do Distrito Federal, sendo que foi solicitada a presença do Ministério Público, da Promotoria do Meio Ambiente, da Procuradoria do Cidadão, da Promotoria da Ordem Urbanística, do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, da Procuradoria do TCDF. Por que eles não estão presentes aqui hoje? Gostaria de saber o motivo disso, até porque eles estão nos defendendo, na medida das suas competências estão fazendo a defesa daqueles moradores da Vargem da Bênção. E não estão aqui. Mais uma vez está a parte fragilizada, que são os moradores, em face do Poder Público e da – desculpem-me já que essa não é uma questão dirigida às partes, mas ao governo – ganância do governo de instalar lá o setor habitacional.

Eu gostaria de deixar claro aqui que houve audiência pública no Recanto das Emas para tratar da Luos. Nessa audiência pública ficou claro, em alto e bom som, que a população de lá não está satisfeita com a prestação de serviços públicos que o Estado deve oferecer à população.

No Estudo de Impacto Ambiental foi dito que as necessidades desse novo setor habitacional serão supridas pelos equipamentos públicos disponíveis no Recanto das Emas; ou seja, Recanto das Emas tem 120 mil habitantes, não está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	7

satisfeita com os serviços públicos e agora vai ter mais 120 mil habitantes que se utilizarão do mesmo serviço público.

Gostaria de relatar aqui que o Estudo de Impacto Ambiental está acometido de diversas irregularidades. Ontem chegou à minha mesa as cópias do processo, porque demorou vinte dias para o IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – nos dar as cópias do processo. Chegou ontem na minha mesa, eu ainda não tive tempo de ler, mas eu acompanho. Então, pude verificar que houve um atropelo de tudo lá.

O último atropelo foi a questão da aprovação da licença prévia no Conam, uma semana antes da aprovação do projeto urbanístico – um é dependente do outro – no Conplan, cujas atividades estavam suspensas. Quando houve a reunião do Conam, a audiência do Conplan já estava marcada. Isso é uma irregularidade, porque uma coisa é dependente da outra. Você nem sabe se vai passar pelo Conselho do Meio Ambiente, e já há outro marcado.

Portanto, isso já comprova que é certeza que tudo vai ser aprovado; é certeza que tudo está certo; é certeza que tudo está correto, assim como a licitação. Foi certeza que o Estudo de Impacto Ambiental estaria correto e era certeza que a Mendes Júnior ganharia a licitação. No dia 10 de dezembro, antes da licitação, já tinha empresa lá dentro contratada pela Mendes Júnior para fazer os estudos de impacto ambiental. A audiência pública de apresentação do EIA/Rima foi no dia 15 de julho. Dia 10 de setembro saiu liminar obrigando os moradores a abrirem seus portões para receberem a empresa que iria fazer os estudos de impacto ambiental.

Que estudo é esse, gente, que foi protocolizado no Ibram dia 4 de junho? Os estudos só foram liberados em 10 de setembro. Que estudo é esse? Cadê o Ibram para responder essa questão? Foi solicitado que ele estivesse aqui. Como aprovam um estudo dessa espécie, feito dessa forma? Um estudo comum, um estudo comum! Quando há interesse político, ele demora no mínimo seis meses para ser feito. Esse demorou dois meses, esse foi feito em dois meses, um estudo de 120 mil habitantes. O estudo para uma nova cidade foi feito em dois meses! Copiou e colou, copiou e colou do estudo feito em 2004, que já prescreveu, a validade dele já expirou. Copiou e colou os trechos que eram do interesse da Ecotech, do Ibram e do projeto governamental. Ao final, aquele estudo que foi copiado e colado deu pela inviabilidade da implantação do setor habitacional. Mas esse se baseou naquele e deu pela viabilidade. É quase inacreditável, mas é.

Sobre o plano de remoção, senhores, a Procuradoria do Distrito Federal ajuizou uma ação civil pública, em que há uma liminar dizendo que os moradores devem ser respeitados, as ocupações devem ser respeitadas e o governo deve apresentar um plano de remoção para as pessoas.

Senhores da Mesa, porque os demais já sabem, o plano de remoção foi apresentado no dia 12 de dezembro, e eu não sei se isso vai paralisar os senhores ou não, mas vou ter que dizer aqui porque é uma audiência pública, vou ter que relatar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	8

O plano de remoção dizia o seguinte: “Vão à fila da Codhab, se inscrevam ou nós vamos pegar a lista dos que estão aqui nesta audiência pública e vamos inscrevê-los numa fila especial de um projeto especial para vocês adquirirem um apartamento do Minha Casa Minha Vida”. Nós estamos tratando de produtores rurais, nós não estamos tratando de sem-teto, nós não estamos tratando de sem-terra. (Palmas.)

Esse plano de remoção que os senhores apresentaram, no meu ponto de vista, foi apresentado para suprir a determinação judicial de que o governo deve apresentar um plano de remoção. Mas, gente, vocês não têm vergonha de apresentar um plano desses? Isso é uma coisa assim, não dá para dizer que é inaceitável porque passa longe disso, passa longe de ser inaceitável!

Eu gostaria de dizer a vocês que já fui produtora rural. A minha família, à época, veio para cá, lá na região do PAD-DF, para produzir feijão, arroz, milho e soja, e está lá até hoje. Ainda ninguém bateu na porta deles, mas daqui a pouco, eu já avisei: “Olha, vão embora!” Cingapura vem aí, não é?

Então, eu tenho conhecimento de como se deu a colonização aqui no Distrito Federal, de como se deu a ocupação das áreas rurais. E tenho conhecimento também de que parte das áreas aqui do Distrito Federal são áreas públicas. Elas eram cedidas por meio de um contrato de concessão de uso do solo. Esse contrato de concessão do uso já se dá desde quando o Brasil era colônia de Portugal. E a política se repete aqui no Distrito Federal.

Mas aqui nós tínhamos uma peculiaridade: existiam várias leis que tratavam da venda direta para esses produtores. Então, quando eles vieram para cá, não vieram aqui para alugar uma terra, porque, para quem não sabe, o solo aqui no Distrito Federal é pobre, precisa ser cultivado, precisa ser acrescido de diversas adubações, de diversos tratamentos agrários, e isso não tem dinheiro que pague. Os anos de vida que demora para fazer o solo daqui produzir são muitos. No mínimo três anos para o solo começar a produzir, mais uns quatro ou cinco, dependendo da política agrícola, para você recuperar o que investiu.

Quando o povo do Rio Grande do Sul, que foi o caso da minha família, o povo do Paraná, de Santa Catarina, de Minas Gerais, do Nordeste veio para cá para cultivar, não veio para alugar e para devolver. Eles vieram para cá porque tinham uma promessa de venda, e existiam leis que permitiam essa venda. O que ocorreu foi que o governo não promoveu, editou a lei e não cumpriu.

Os decretos que os senhores vão alegar que foram declarados inconstitucionais tratavam da regulamentação da lei. A lei foi declarada constitucional agora, saiu a publicação do acórdão agora, recentemente, dizendo que a lei é constitucional, da venda direta. Ou seja, mais uma vez comprovando a inércia deste e de outros governos anteriores que não proporcionaram a venda direta para os produtores rurais. Aí, como não proporcionaram a venda direta, vem o PDOT e os interesses obscuros e tornam essa área urbana, retirando, então, da situação da Vargem da Benção a possibilidade de adquirir pela lei do imóvel rural.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	9

Mas isso só não foi feito porque o governo não permitiu, porque o governo não fez. E não vai fazer agora de novo, com a Lei nº 12.024. Não vai vender de novo, vai enganar mais uma vez. Vai deixar para os produtores ficarem preservando por mais um tempo, porque a Terracap, sozinha, não consegue bancar a preservação. Tudo o que foi da Terracap, hoje foi loteado. Só estão disponíveis as áreas que são de particulares ou aquelas que os produtores rurais preservaram.

A minha pergunta é: se há essa necessidade – a gente sabe que há necessidade da instalação de um setor habitacional, de demanda habitacional aqui no Distrito Federal –, por que o Governo do Distrito Federal não faz uma parceria com Luiz Estevão, com Paulo Octávio? Eles não têm a fazenda Santa Prisca, lá em cima, onde o Secretário Magela já falou que vai instalar um setor habitacional de luxo? Por que não fazem uma parceria e não instalam um Minha Casa, Minha Vida lá? Respondam isso: por que não é possível uma parceria, então, com áreas particulares?

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. ELZA ZALUSKI – Com áreas de devedores do governo, como bem dito. Por que vocês têm que retomar essas áreas e passar por cima de pessoas que estão lá ocupando já há cinquenta anos ou mais, pessoas que vieram para cá ludibriadas pelos governos com promessas e com leis que não foram cumpridas? Por que eles estão sendo coagidos, agora, a desocuparem essas áreas? Por que a área é pública? Por que dizem que a área é pública?

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. ELZA ZALUSKI – Outra questão que eu sei que vai ser suscitada pelos senhores é a decisão do Tribunal de Contas, que determinou ilegais os ditos contratos de arrendamento. Por que o governo insiste em não ler a decisão na íntegra? Ele só lê o que interessa a ele, dizendo que os contratos foram declarados ilegais, nulos. “Então, vamos retirar as pessoas de lá, porque agora a terra é nossa. Os contratos são nulos, e agora eles não têm mais direito nenhum. Vamos retirar as pessoas de lá.” Por que eles não concluem a leitura daquela decisão e veem que lá está determinado que o Poder Público adote as providências necessárias para regularizar a questão? Eles só leem o que interessa a eles! (Palmas.)

Mandaram-me terminar meu discurso aqui, e eu vou terminar, por respeito aos senhores; mas, ao final da audiência, se eu tiver mais alguma coisa a acrescentar, eu gostaria de falar, porque tanto a Stefânia quanto eu fomos as primeiras a falar e agora vem a questão do governo. Depois, eu gostaria de fazer minha réplica, porque vão ser trazidas questões agora que eu vou querer combater.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero registrar a presença do nosso amigo e companheiro Deputado Agaciel Maia, Vice-Presidente desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	10

Sabendo que V.Exa. tem um compromisso inadiável, Deputado Agaciel Maia, concedo-lhe a palavra para fazer uma saudação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Bom, pessoal, boa tarde. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar as seguintes pessoas: Sra. Advogada da Associação da Vargem da Bênção, Elza Zaluski; Sra. Presidente da Associação da Vargem da Bênção, Stefânia Leão; Sr. Assessor Especial da Superintendência de Licenciamento e Fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Ibram, João Carlos Costa Oliveira; Sr. Gerente de Projetos Especiais da Terracap, Reginaldo Vaz de Almeida, representando o Sr. Presidente da Terracap, Abdon Henrique; Sr. Diretor Extraordinário de Regularização de Imóveis Rurais – Terracap, Moisés José Marques; Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Lúcio Taveira Valadão; e, em especial, Sr. Presidente desta audiência pública, Deputado Chico Vigilante, um dos Deputados mais competentes e combativos, um Deputado que sempre está lutando pelas causas sociais de Brasília e por quem nós, os outros 23 Deputados, temos profunda admiração.

Brasília contradiz e revoga todas as leis, inclusive as de Deus, porque, quando Deus criou a Terra, Deputado Chico Vigilante, criou para os pobres e para os ricos, mas Brasília tem se tornado uma terra onde só o poder econômico prevalece.

A Vargem da Bênção – que eu frequentei, porque cheguei aqui em Brasília em 1974 – existe mesmo antes de existir o Recanto das Emas ou Samambaia. (Palmas.) Existem centenas de lugares onde podem ser levantadas essas edificações, onde não há ninguém morando há 30, 40 anos. Quarenta por cento da produção de alface de Brasília é de lá, Deputado Chico Vigilante. Por que o governo escolhe exatamente essa área para fazer edificações, principalmente à margem de um rio? Nós temos tanta terra no sentido da Bahia, tanta terra e campos extensos onde podem ser levantadas edificações sem que haja prejuízo ao meio ambiente. Por quê? Porque se criou um mercado consumidor com o Recanto e com Samambaia, no entanto nós temos que ir lá para falar para essas pessoas que estão lá há vinte, trinta anos arrancando as unhas para construir o seu espaço: “Não, agora nós vamos passar a serra elétrica em vocês, nós vamos destruir vocês, vamos levantar edificações e vamos chutar vocês como quem chuta um cachorro para fora.” Eu tenho dito isto: eu sou da base do governo, sou Vice-Presidente desta Casa, mas não sou subordinado a ninguém. Eu tenho minhas opiniões particulares. Deputado Chico Vigilante sabe disso. Eu conheço aquela região. Eu tenho amigos que moram ali. Eu frequento aquilo ali há quase quarenta anos.

Então, eu quero dizer a vocês, chacareiros da Vargem da Bênção, que, do que depender do Deputado Agaciel Maia para votar contra qualquer tipo de ocupação, qualquer programa habitacional, seja da Terracap... Às vezes, eu tenho batido neste aspecto da Terracap, Deputado Chico Vigilante: a Terracap virou uma agência imobiliária, mas ela não precisa ser predadora. Ela tem que ser predadora em cima. Ela tem que vender os terrenos valorizados, mas não pode tomar os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	11

terrenos dos pobrezinhos, dos coitados, das pessoas mais humildes. Em muitas oportunidades, o sujeito fez uma casa porque não existia regulamentação nenhuma.

Na época da construção de Brasília, existia um incentivo, existia propaganda nas rádios no Brasil todo incentivando essas pessoas a virem para Brasília. Inclusive, muitas delas eram nordestinas. Elas eram estimuladas a vir para cá. Elas se alocavam numa chácara dessas, e depois era dado o contrato de locação por vinte, trinta anos como incentivo para se construir a cidade. Agora, são os mesmos governantes que estimularam vocês a saírem dos lugares onde vocês nasceram e se criaram e a virem para cá para construir esta cidade que querem expulsá-los.

Está errado, Deputado Chico Vigilante! Está errado!

Eu vejo, às vezes, a Terracap querendo tomar um pequeno espaço de 1.600, 1.800 metros de alguém que mora em determinado local de Brasília. Para que isso? Será que o Governo do Distrito Federal não tem tantos problemas para resolver? Não há tantos espaços ociosos ocupados por especuladores que comprem centenas e centenas de terras? Eu sei que existe ex-deputado daqui que tem fazenda praticamente dentro de Brasília. Por que não toma a fazenda desse cara? Vai tomar a de vocês?

Então, meus amigos, vamos ocupar os espaços de quem tem mais. Vamos preservar os espaços de quem tem menos. Não faz sentido o órgão do governo... Eu tenho muita esperança de que o Governador Agnelo reveja isso, porque o Governador é um médico, é um cara humanista, é um cara gente boa, é um sangue bom. Eu não acredito que esse povo que está formulando essas políticas e levando para S.Exa. assinar está dizendo a verdade a S.Exa. Não estão dizendo a verdade, Deputado Chico Vigilante. V.Exa. conhece o Agnelo Queiroz melhor do que eu. Se toda hora nós nos deparamos aqui na Câmara... Agora tem essa Luos e o PPCUB, com o qual temos que ter muito cuidado, Deputado Chico Vigilante, porque os boatos na cidade são os boatos mais cabeludos. Existe todo tipo de interesse imobiliário. O interesse imobiliário é de quem tem poder econômico.

Eu descobri, como Deputado, que o poder econômico aqui vale muito, vale mais do que a população. E, quando você se insurge contra o poder econômico, ele vem com força para cima de vocês. Eu fiz uma lei aqui que era para quem consumisse o dobro do preço do estacionamento dos *shoppings* em Brasília não precisasse pagar estacionamento, porque era justo. Você já paga os impostos naquelas lojas. Por que você tem que pagar o estacionamento se você consumiu? Passou em todas as comissões, era tudo legal. A lei foi promulgada na sexta-feira, e só funcionou nos estacionamentos na sexta à noite, porque, no sábado, os advogados potentes dos donos dessas empresas que exploram inclusive os estacionamentos que são feitos pelo GDF... O GDF asfalta, coloca meio fio, e o cara vai lá coloca uma cancela e passa a cobrar o imposto. Esses advogados, que não se levantam da cadeira por menos de 400, 500 mil reais, foram lá e consideraram a lei inconstitucional no sábado. No sábado e no domingo, já não funcionou. De



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	12

madrugada, já conseguiram uma liminar e eliminaram a lei que beneficiaria a população.

Recentemente, tivemos o caso do Setor Noroeste, que foi cantado em versos e prosas como um grande bairro da classe média de Brasília, e surgiram problemas ambientais. Havia até índios lá, mas os colocaram dentro de um avião e os levaram para a Amazônia. Ninguém sabe onde esses índios foram parar. É preciso que esta Casa, que é a Casa do povo, Deputado Chico Vigilante, que representa as pessoas que votam nos Deputados, não pense só nela e no poder econômico, mas também nos menores, porque ano que vem haverá eleição novamente. Se deixarmos esse pessoal ser retirado lá da área, não teremos dignidade. Nenhum Deputado terá a cara de pau de aparecer lá. Se aparecerem, vocês têm que jogar neles o que tiverem na mão. Temos de respeitar as pessoas. (Palmas.)

Parabenizo V.Exa., Deputado Chico Vigilante, por esta comissão geral. Nem sei como V.Exa. conseguiu realizá-la nesse espaço porque, quando é para embarrear alguma coisa de interesse maior, até para conseguir espaço aqui na Câmara, é difícil, porque os caras marcam uma audiência com um ano de antecedência e, quando se vai procurar, não há mais dia disponível.

Parabenizo-o e, para encerrar, peço a V.Exa., que promoveu esta comissão geral, que não deixemos acontecer nada com esse pessoal da Vargem da Benção. Eu e V.Exa. – sei que V.Exa. tem força com o governo, pois é o líder do Partido dos Trabalhadores aqui e eu sou o Vice-Presidente da Casa – vamos dar as mãos e ajudar essas pessoas, porque elas merecem.

Obrigado, Deputado Chico Vigilante. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso amigo Deputado Agaciel Maia.

Respondendo à doutora, sempre convidamos o Ministério Público para as audiências públicas e comissões gerais e eles sempre nos enviam uma carta dizendo que não podem comparecer.

Tínhamos pedido à Stefânia para nos repassar uma lista das entidades que ela gostaria que fossem convidadas, entretanto, a lista só chegou ontem e não houve tempo para convidarmos os outros que gostaríamos. Fizemos o maior esforço para que os órgãos do governo estivessem presentes. Particularmente, estou satisfeito por estarem aqui o Secretário de Agricultura, o Moisés, da Terracap, e o representante do Ibram. Ao final da audiência, irei propor um encaminhamento, pois não sou daqueles que faz uma audiência pela audiência e depois não acontece nada. Sempre primo pelas audiências que realizo, e vamos até o fim, em busca de resultados.

Concedo a palavra, agora, ao nosso Secretário de Agricultura, Dr. Lúcio Valadão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	13

SR. LÚCIO TAVEIRA VALADÃO – Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento o nosso Deputado Chico Vigilante, autor desta comissão geral aqui na Câmara.

Obrigado, Deputado, pelo convite para aqui estar e poder colaborar com os debates que, tenho certeza, são de grande legitimidade com relação a esta questão do Núcleo Rural Vargem da Benção. Cumprimento também o Dr. Moisés Marques, Diretor da Terracap; o Sr. Reginaldo, que representa o Presidente da Terracap; o Sr. João Carlos, que representa o Presidente do Ibram; a Sra. Stefânia, Presidente da Associação da Vargem da Benção, e a Dra. Elza, advogada da Associação da Vargem da Benção.

Recebemos o convite para esta comissão geral e temos acompanhado, Deputado, como está se desenvolvendo a implantação do projeto urbanístico por parte da Sedhab, por parte do Governo do Distrito Federal, naquela área rural.

A área da Vargem da Bêncão, todos sabem, foi transformada em urbana na revisão do PDOT de 2009. Essas revisões do PDOT, em geral, são precedidas de audiências públicas, de uma ampla discussão, mas que não necessariamente chegam a todos os interessados, e ficamos surpresos com a quantidade de áreas foram transformadas de rurais para urbanas, naquela revisão, sem que as pessoas tivessem conhecimento da alteração de destinação dessas áreas.

Até temos um mapa, na Secretaria de Agricultura, de tudo o que foi transformado de rural para urbano, nessa revisão de 2009. Não que não tenha havido debate. O debate, houve. Ocorreram audiências públicas, mas nem todos os interessados estavam informados dessas alterações, e isso gerou problemas enormes.

Temos, na Secretaria de Agricultura, diversos processos de regularização de áreas que eram rurais e que foram transformadas em urbanas. As pessoas dão entrada nesse processo de regularização sem saber que a sua área foi transformada de rural para urbana. Isso foi muito ruim e talvez tenha sido resultado, inclusive, de uma desmobilização da área rural. Já participei da discussão da revisão de PDOT, em que a área rural era muito presente e se fazia ouvir e participava ativamente das discussões. Naquela ocasião, talvez houvesse um processo de desmobilização da área rural. Não havia espaço para discussão, e isso não chegou aos interessados.

O fato é que a área foi transformada, sim, de rural para urbana, em 2009. Está na Lei do PDOT, que, em 2012, passou por um processo de atualização, até porque inúmeros artigos da sua revisão foram questionados pelo Ministério Público. Transformou-se o PDOT, que é uma lei complementar, uma lei de grande importância no ordenamento territorial do Distrito Federal, em uma Lei Frankenstein, porque foi questionada em vários pontos pelo Ministério Público, o que dificultou a sua aplicação.

Não foi uma revisão, mas uma atualização, feita em 2012. Várias áreas que haviam sido transformadas de rurais para urbanas voltaram a ser rurais. Isso, temos que reconhecer. Tivemos – aí reconheço, inclusive, a participação, diretamente com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	14

o Secretário Magela, da Sedhab – reuniões com os conselhos de desenvolvimento rural e discutimos, caso a caso, as áreas que haviam sido transformadas de rurais para urbanas. Elaboramos mapas, fizemos sustentação de cada uma das situações que julgávamos que deveriam retornar de área urbana para rural. Isso foi objeto, inclusive, de audiência pública. Vários daqueles que nos procuraram, principalmente por meio dos conselhos de desenvolvimento rural, tiveram oportunidade de ir para essas audiências com sustentação amparada realizada pela própria Secretaria de Agricultura e de apresentar os argumentos para ver se se voltava atrás naquela destinação da área. Em muitos casos, tivemos sucesso, e voltaram a ser rurais algumas áreas que estavam designadas como urbanas. Evidentemente, isso não aconteceu em todos os casos, e a Vargem da Bênção é um deles. Não me lembro se houve a demanda específica da Vargem da Bênção, mas, para todas as áreas em que houve demanda específica, nós preparamos argumentações para que se voltasse.

Sabemos da grande demanda por habitação que existe no Distrito Federal. Sabemos como era feito anteriormente no Distrito Federal – inclusive, lá em Vicente Pires – e como se deu esse processo de ocupação desordenada. Vicente Pires é um caso bem diferente porque virou urbano depois que já estava urbanizado – não é, Machado? Houve a ocupação e a pressão pela urbanização. É um caso bem diferente desses que nós estamos tratando aqui.

Essa pressão tem vários interessados, segmentos, que fazem as suas demandas – também muito legítimas – por condições de habitação dignas aqui no Distrito Federal. Cabe, no nosso entendimento, ao Governo do Distrito Federal seguir exatamente o que determina a lei no que diz respeito à implantação de projetos urbanísticos. A gente sabe que várias providências foram tomadas nesse sentido.

O que a gente vê é que Vargem da Bênção – eu estava mostrando aqui para o Deputado Chico Vigilante – tem o contrato de arrendamento número 1 do Distrito Federal, feito pela Novacap ainda, na época. O contrato foi assinado, inclusive, pelo Israel Pinheiro. O primeiro contrato de arrendamento de terras aqui do Distrito Federal foi lá na área do Núcleo Rural da Vargem da Bênção. Isso aqui não é uma cópia, é o documento original desse núcleo rural. Não havia, para vocês terem ideia, nem uma designação específica da área porque o Distrito Federal nem sequer existia. Falava onde seria estabelecido o novo Distrito Federal. Está aqui: o novo Distrito Federal, dentro dos limites do novo Distrito Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. LÚCIO TAVEIRA VALADÃO – Eu queria concluir. Eu já estou concluindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Depois nós vamos abrir para o plenário.

SR. LÚCIO TAVEIRA VALADÃO – Vou participar do debate também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	15

Sabemos da pressão de urbanização especialmente nessa área oeste do Distrito Federal, que é onde estão as grandes cidades; diferentemente da região leste do Distrito Federal, onde não há nenhum agrupamento urbano instalado.

Eu acho, acredito e tenho defendido – e a Secretaria de Agricultura, toda vez que foi demandada, participou, inclusive de reunião lá, junto à comunidade, em todos os momentos em que foi demandada para isso, esteve presente – que temos que buscar uma forma de conciliar, evidentemente, os interesses dos produtores que lá ocupam as áreas. Nós não os consideramos ocupantes irregulares – disso eu não abro mão, e é assim que o Governador Agnelo e o Vice-Governador Filippelli têm determinado na questão da regularização fundiária –, nós queremos fazer a regularização das ocupações. (Palmas.)

Nós não temos outro compromisso que não seja fazer com que as terras rurais do Distrito Federal sejam ocupadas regularmente perante o Tribunal de Contas, perante o Tribunal de Justiça, perante a sociedade do Distrito Federal. Assim, temos buscado dialogar com todos os segmentos, com todos aqueles que nos procuram; inclusive quando houve essa atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial no ano de 2012.

Sei que nem todos tiveram oportunidade de participar do debate por diversas razões, mas ele foi bastante divulgado e bastante discutido no âmbito da agricultura, porque nós já tínhamos, naquela oportunidade, a consciência, a noção de que vários teriam dificuldades de fazer a regularização das suas áreas porque elas haviam sido transformadas de rurais para urbanas.

Coloco-me à disposição, Deputado, V.Exa. é uma pessoa presente aqui na área rural do Distrito Federal, tem acompanhado os trabalhos da Secretaria de Agricultura *in loco*, junto às comunidades e tem participado de diversas atividades no meio rural do Distrito Federal. Coloco-me a sua disposição, à disposição da comunidade – como temos feito e temos feito isso de forma bastante legítima, fazendo funcionar os fóruns adequados para as discussões – para trabalhar soluções a respeito dessa questão da Vargem da Benção.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Secretário Lúcio.

Vou passar a palavra ao nosso amigo Diretor Extraordinário de Regularização de Imóveis Rurais da Terracap, Sr. Moisés José Marques. O Moisés vai falar e depois terá que sair para participar de uma reunião referente ao assentamento Maranata, mas o Reginaldo vai ficar aqui para responder a todos os questionamentos.

SR. MOISÉS JOSÉ MARQUES – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, em nome de quem cumprimento todos os membros da Mesa; quero cumprimentar, também, na pessoa da Presidente da Associação, Sr. Stefânia Leão, todos os moradores da Vargem da Benção e os demais que aqui também se encontram.

Início, Deputado Chico Vigilante, dizendo o seguinte: em que pese o Presidente Abdon de Araújo já ter justificado, por escrito, o motivo de sua ausência,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	16

eu quero registrar aqui que o Presidente não pode comparecer devido a sua agenda e nos recomendou – a mim e ao Reginaldo – que pudéssemos representar a Terracap nessa comissão geral.

É importante, antes de falarmos do papel da Terracap nesse processo, destacarmos que é função, é papel de qualquer governo, do governante, cuidar das políticas públicas. A questão da moradia é uma política pública importante que também está lá na nossa Carta Maior, na nossa Lei Maior, que é a Constituição.

Como o Secretário Lúcio falou, no primeiro contrato que ali foi firmado, naquela época, não se imaginava que a cidade fosse chegar ali. Brasília teve um crescimento desordenado. Só para se ter uma ideia, mais de 30% dessa nossa cidade está em situação de irregularidade.

É importante destacar que, quando a gente está falando em situação de irregularidade, não quer dizer que as pessoas são invasoras. A irregularidade é porque essas unidades, esses imóveis, esses espaços rurais que as pessoas ocupam, nem sempre têm registro cartorial. E o que identifica o imóvel, seja ele rural ou urbano, é exatamente o registro cartorial. No caso rural, a situação traz um agravante, porque você tem uma grande fazenda que tem lá o seu registro cartorial, só que essa grande fazenda está ocupada por diversos produtores. Isso até por responsabilidade de governos passados que, ao criarem esses parcelamentos para permitir que ali pudesse se produzir, não o fizeram de forma legal e regular. Naquele momento, ele poderia, ao estabelecer o parcelamento, já ter feito a escritura e o registro dessa escritura, dessa parcela. Com o passar do tempo, legislações e mais legislações nos obrigam hoje a tomar uma série de medidas para poder fazer cumprir aquilo que a gente busca, que é a individualização dessas partes, dessas parcelas de uma grande matrícula de área rural.

Essa situação de crescimento desordenado no Distrito Federal chega por volta de 30% da cidade. A determinação do governador e os programas que o Governo Agnelo implementa na cidade vêm todos ao encontro de buscar dar solução e resolver para que cada um tenha a sua escritura, seja no meio urbano, seja no meio rural.

Então, utilizar as áreas disponíveis, as áreas de propriedade da Terracap – portanto, do Governo do Distrito Federal – para atender essas políticas é uma necessidade de que a gente não tem como abrir mão. Na medida em que o governo teve o PDOT em 2009 definindo aquela área como urbana e a definição de que a área tinha que atender ao interesse da moradia das ARIS – Área de Regularização de Interesse Social, cabe ao governo fazer a execução dessa medida.

Sabemos que uma medida como essa vai criar um conflito muito grande com as pessoas que lá estão, e reconhecemos o lapso temporal da presença das pessoas na área. Daí temos que buscar uma alternativa de modo que consigamos, primeiramente de forma negociada e amigável, ter área para desenvolver o projeto. Na impossibilidade disso, infelizmente, se for necessário chegar pelas vias judiciais,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	17

vamos ter que também submeter a isso aí. Na medida em que não há convergência dos interesses, temos que buscar a arbitragem do Judiciário.

É importante registrar que as ilegalidades que o projeto urbanístico para aquela área carrega – que foram ditas aqui –, na área ambiental ou em qualquer outro nível... o que se exige para instalação de um projeto daquela magnitude... Se há ilegalidade, essa ilegalidade tem que ser questionada sim. Para isso, qualquer cidadão pode fazer uso de instrumento legal e legítimo. O próprio Ministério Público também é um fiscal da lei. E, no Distrito Federal, somos testemunhas de que ele tem sido extremamente exigente nessa questão, especialmente, ambiental. Digo isso porque temos tido uma relação com a Promotoria do Meio Ambiente. Discute-se quase que permanentemente esse processo de regularização das áreas rurais, até porque o TAC 18, de 2006, tem origem e determinação exatamente dessa promotoria.

Então, eu faço questão de fazer esse esclarecimento para dizer que o governo tem uma posição, tem uma decisão em contrário. Ele vai implementar ali uma política habitacional de 24 mil, 25 mil unidades habitacionais. O projeto está, todo ele, seguindo o que determina a lei, seja na questão ambiental, seja observando as determinações do Estatuto da Cidade, e o governo tem esse compromisso com a sociedade que necessita de casa própria. Ele acode esse setor da população.

Como é que a gente vai estabelecer, como Terracap, esse processo? É importante que isso fique muito claro. Quer dizer, a Terracap e o Governo do Distrito Federal, até porque assim determinou o Governador Agnelo, não vão de modo algum fazer qualquer supressão de direitos que eventualmente cada um tem. E vai ser oportunizado apresentar isso de forma que se estabeleça o devido processo legal, mesmo que administrativamente.

Que a gente possa, sim, a partir desse processo legal, tentar chegar a um acordo e estabelecer se existe o direito à indenização, que indenização é essa, e como ela será paga. Isso o governo vai fazer. Para isso, a Terracap vai notificar cada ocupante daquela área e vai abrir um prazo para que cada um apresente na Terracap as razões que ache que deve apresentar.

Suponhamos uma hipótese. A pessoa é ocupante da área, porque no passado teve um contrato com o Poder Público, que assim o permitiu. Ou seja, ele não esbulhou a área, pois o Estado concedeu a ele o direito de fazer a ocupação. Estabeleceu-se no passado essa relação dizendo o que ele podia produzir ali, o que ele podia fazer daquela área. Ora, ele tem todo o direito de fazer essa manifestação dizendo: "Fui autorizado, está aqui a autorização que me foi emitida, com isso tive esse tipo de comportamento, produzi isso, estão aqui as minhas benfeitorias, e por isso tenho direito à indenização".

Feito isso, não tenham dúvidas de que vamos respeitar e discutir a legalidade do valor que se pretende ter de indenização e vamos tentar buscar as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	18

soluções de forma administrativa. Cada caso é um caso. Certamente vamos nos deparar com situações de pessoas que talvez não tenham contrato ou que tenham adquirido seu terreno de terceiros, ou seja, tenham contrato de gaveta.

Então, temos percebido que, na área rural, as ocupações derivam das mais variadas situações. Por isso tem de ser caso a caso, e aí vamos fazer as notificações. Estamos absolutamente abertos e tranquilos para receber a manifestação e, a partir daí, estabelecer um diálogo direto para buscar uma solução amigável. Agora, se chegarmos a uma situação de não conseguirmos resolver isso de forma administrativa, não nos resta alternativa senão buscarmos uma solução arbitral por meio do Judiciário.

Era isto o que eu gostaria de colocar, Deputado Chico Vigilante: o modo como o Governador determinou e o modo como a Terracap vai agir a partir dos próximos dias – ela vai fazer a notificação de cada um.

Como o Deputado já havia anunciado, preciso ir a uma outra reunião que já estava agendada, aliás, reunião na qual o Deputado Dr. Michel vai estar presente. A reunião é fruto de uma outra audiência pública promovida pelo Deputado Dr. Michel que acontecerá na Secretaria de Governo. O Reginaldo, que é assessor da Presidência da Terracap, está devidamente habilitado e legitimado para responder em nome daquele órgão e vai permanecer aqui para sanar qualquer outra dúvida ou questionamento.

Agradeço a paciência de todos por terem nos ouvido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso Diretor Extraordinário de Regularização de Imóveis Rurais, Sr. Moisés José Marques. Esta Presidência registra a presença do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra ao Sr. Reginaldo Vaz de Almeida, representante do Presidente da Terracap.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, deixe-me falar uma coisa. A Terracap tem um presidente, o Sr. Abdon Henrique. O Sr. Moisés e o Sr. Reginaldo estão representando o presidente. O Sr. Moisés vai a outra reunião com o Deputado Dr. Michel, e o Sr. Reginaldo continuará aqui representando a Terracap.

Concedo a palavra ao Sr. Reginaldo Vaz de Almeida. Em seguida, falará o Deputado Dr. Michel.

SR. REGINALDO VAZ DE ALMEIDA – Boa tarde a todos. Na pessoa do Presidente da Mesa, Deputado Chico Vigilante, cumprimento a todos.

Como eu ouvi agora há pouco, serei bem breve, porque o Dr. Moisés já fez uma explanação bem completa a respeito da posição do governo e da Terracap. Então, eu estou aqui muito mais para responder os questionamentos que os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	19

senhores fizerem, para esclarecer aos senhores sobre qual o procedimento está sendo adotado, tecnicamente, no âmbito da Terracap, e para torcer para que a gente consiga realmente sair com encaminhamento satisfatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Reginaldo.

Nós vamos ouvir agora o último integrante da Mesa, o João Carlos Costa, assessor especial da Superintendência de Licenciamento e Fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM. Ele está aqui representando o Sr. Presidente, Nilton Reis Batista Júnior.

SR. JOÃO CARLOS COSTA OLIVEIRA – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Eu gostaria de agradecer o convite, a oportunidade de aqui o Ibram, mais uma vez, discutir com a comunidade esse processo. Na pessoa da Presidente da Associação da Vargem da Bênção, Stefânia Leão, gostaria de cumprimentar todos os membros da Mesa. Vou responder alguns questionamentos que foram feitos pela advogada Elza Zaluski em relação ao processo de licenciamento.

Primeiro, eu quero deixar bem claro que o EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental foi aprovado pelo GRUPOHAB – Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais e depois foi submetido ao CONAM – Conselho do Meio Ambiente, que aprovou também o empreendimento. Só após a aprovação do estudo do impacto e a aprovação do Conam, o Ibram emitiu parecer pela concessão da licença prévia.

Houve um questionamento em relação à demora em entregar a cópia do processo e disponibilizá-la, mas esse foi um trâmite normal dentro do órgão. O processo estava... Quando ele foi para o Ibram, na verdade foi para o Conam, o Conselho do Meio Ambiente, e lá seguiu todo o trâmite para entrar na pauta. Depois que foi aprovado no Conam, voltou para o Ibram, que entendeu, naquele momento – após a aprovação do Conam –, que seria interessante emitir um parecer para garantir algumas condicionantes para minimizar os impactos ambientais na área. Então, a demora se deu por isso.

Houve questionamento também em relação ao primeiro EIA/Rima elaborado para a área. Eu queria deixar bem claro que, na época em que o estudo foi elaborado, a legislação não permitia esse tipo de empreendimento lá. Como foi falado aqui por diversos membros da Mesa, só a partir de 2009, com a alteração do PDOT, é que houve essa previsão legal. Então, o EIA/Rima atual tem que se basear na legislação atual. Ele não vai retroagir, senão não teria nenhuma eficácia. Então, o EIA/Rima elaborado naquela época, no passado, estava corretíssimo porque se baseou na legislação da época. Os consultores que elaboraram o EIA/Rima seguiram rigorosamente o que estava na legislação, no caso, o PDOT da época, e o atual também. Então, há coisas que eles têm que seguir. Uma das coisas que ficam no termo de referência que serve para elaborar o estudo é seguir a legislação vigente.

(Intervenção fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	20

SR. JOÃO CARLOS COSTA OLIVEIRA – Essa questão foi levantada pelo Ministério Público também. Já foi feito esse questionamento junto ao Ibram. Ontem, nós concluímos a resposta ao Ministério Público e a encaminhamos. São vários outros questionamentos. Esse é um deles.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. JOÃO CARLOS COSTA OLIVEIRA – Quero deixar também bem claro, bem tranquilo para vocês que o Ibram é o órgão executor da política ambiental. As questões fundiárias, essas outras questões não compete ao Ibram discutir com vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. JOÃO CARLOS COSTA OLIVEIRA – Não. Em relação à fauna, está contemplado no estudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, deixem-me falar uma coisa para vocês. Aqui, cada pessoa fala no seu tempo, depois os que se inscreveram no plenário também falam no seu tempo. Comissão geral que eu conduzo é assim, até para que, ao final, nós tenhamos os encaminhamentos e resolvamos as coisas. Portanto, ele vai falar. Depois, as pessoas que estão inscritas eu vou chamar para falar e, ao final, a Mesa volta a falar e nós damos os encaminhamentos, *ok?*

SR. JOÃO CARLOS COSTA OLIVEIRA – Só concluindo: em relação ao que a companheira falou sobre a fauna, percebe-se que no empreendimento ainda vai continuar um cinturão verde no meio, que é o parque linear que foi proposto. Uma das coisas que se vai permitir ainda continuar é essa migração da fauna. Dentro de uma das condicionantes que o Ibram fez questão de incluir, também existe um programa de monitoramento da fauna, para realmente nós sabermos como é que vai se comportar aquela fauna da área. Então, eu acho que o Ibram executou. Nós entendemos que o processo, apesar de a advogada Elza Zaluski comentar que existem algumas irregularidades... Mas aí lhe compete, se for o caso, questionar as ações administrativas do Ibram.

Acho que a Justiça é o foro que vai avaliar se houve realmente alguma irregularidade. Do meu ponto de vista, penso que o Ibram seguiu rigorosamente a legislação, fez o seu papel, mas nós sabemos que no Judiciário qualquer um pode requisitar, pleitear algo. Eu sou servidor do GDF e também tenho várias ações trabalhistas pleiteando algo na Justiça. Nós temos que recorrer ao Judiciário. Acho que é legítimo a comunidade recorrer. Vamos aguardar esses encaminhamentos, mas quero deixar bem claro que o Ibram está cumprindo o seu papel perante a política ambiental do Distrito Federal.

Era isso o que eu tinha para falar. Estou aqui à disposição de todos para tirar qualquer outra dúvida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	21

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao João Carlos.

Nós vamos passar a palavra agora para o plenário. Conforme eu falei no início, as pessoas terão o prazo de três minutos.

A primeira a falar é a Sra. Maria de Fátima, da Associação de Ceilândia. A senhora poderá falar daí da bancada ou daqui da tribuna. Daqui da tribuna é importante porque todo mundo vê.

Concedo a palavra à Sra. Maria de Fátima.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Meu amigo, deixe eu lhe falar uma coisa. Eu quero só dizer para o senhor que aqui há regras, está certo? O senhor pode verificar que nós estamos sendo tão rígidos, que, até mesmo a um Deputado que estava aqui – os Deputados têm preferência para falar –, nós preferimos ouvir as pessoas e, em seguida, passar para vocês. Portanto, é isso. Não é questão de que não se deixou falar. Há regras que seguimos e cumprimos. Em todo canto é assim para que as coisas andem bem. Vou repetir para vocês: eu não faço comissão geral por fazer. Eu não faço comissão geral que não dá em nada depois. Eu faço comissão geral para, ao final, nós fazermos encaminhamentos para termos soluções dos problemas.

Vamos ouvir agora o Sr. Joaquim Campos, Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural do Gama, Recanto das Emas e Santa Maria.

SR. JOAQUIM CAMPOS – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante e também lhe parabenizar, Deputado, porque não é fácil lidar com questão rural, com regularização de áreas rurais. É só ver aqui. Nós temos 24 Deputados nesta Casa. O Deputado Agaciel Maia, em todas as audiências que existem sobre regularização de áreas rurais, está por aqui. O Deputado Dr. Michel também não pôde falar, mas da outra também ele participou.

Eu gostaria de parabenizar o senhor em nome do Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Gama pela coragem que está tendo de tratar de um tema tão polêmico e tão indigesto para algumas pessoas desta Casa e do próprio Distrito Federal.

Acho que estão ficando corriqueiras essas nossas reuniões. Hoje nós tivemos reunião lá no Palácio e eu não pude participar, porque o trânsito não deixou. Eu saí de casa às 6h da manhã, mas o trânsito não me deixou chegar.

O que temos visto é que, quando se trata dessa questão da Vargem da Bênção... Quero aqui, Secretário Lúcio, fazer uma crítica direta à Secretaria de Agricultura, porque o senhor sabe que levei essa questão para essa Secretaria antes do dia 20 de dezembro. Quando eu descobri... Chamei o Claudio, chamei o Dr. Francisco, e levamos essa questão lá, porque, do meu ponto de vista, trata-se de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	22

área rural. Mesmo tendo sido mudado no PDOT, no meu ponto de vista, é área rural. Porque essas famílias estão lá. O senhor leu aí. Contrato nº 1.

Isso faz parte da história do Distrito Federal, gente! Isso faz parte da nossa história. A área rural do Distrito Federal está aqui representada pelo pessoal do Parque Leão com o Contrato nº 1, que foi emitido por essas pessoas que vieram para desbravar o Distrito Federal e mostrar que aqui tinha condições, sim, de produzir. Hoje isso está provado. A Secretaria de Agricultura, a Emater, Embrapa estão comprovando que o cerrado produz. E temos muitas ações que estão sendo feitas nesse sentido. (Palmas.)

O que me deixa triste nessa situação é saber que a Secretaria de Habitação tem tido muito mais voz que a Secretaria de Agricultura.

Eu faço parte da Secretaria de Agricultura, pelo Conselho de Desenvolvimento Rural, e tenho sentido muita dificuldade. Não sei se isso é imposto, viu, Deputado? Mas a Sedhab tem força; quando ela impõe, a Secretaria de Agricultura não faz. A Secretaria de Agricultura não se sobrepõe às questões da Sedhab.

Vargem da Bênção até que negocia e trata essas pessoas com o devido direito que elas têm. No meu ponto de vista é área rural. Mesmo que tenha sido mudado o PDOT e tendo sido alterada a destinação da área no PDOT, ela é área rural, porque essas pessoas estão lá.

Está aí a Stefânia, que cresceu lá dentro do Parque Leão. Quantas e quantas famílias aqui têm lá as suas produções? Tem o Manoel, presidente de uma das associações, com 8 toneladas de peixe dentro de um tanque.

Tem gente aqui, Secretário, com DAP entregando para programas de aquisição de alimentos do governo, assistidos pela Emater do Gama. Essa foi uma preocupação muito grande que o Pedro me passou. Ele foi uma das pessoas que me levou a essa questão que eu ainda não conhecia ano passado.

Então, o que eu quero pedir aqui, Deputado Chico Vigilante, é que do mesmo jeito que esta Casa se reúne para alterar destinação de área, isso foi feito em 2009, por que não rever essa situação da Vargem da Bênção e de outras áreas, como o Secretário Lúcio falou? Reverter essa situação e voltá-las para área rural? Porque na questão da Vargem da Bênção há uma questão ambiental muito forte. Temos pessoas produzindo. Temos uma cidade preocupante, como a cidade do Recanto das Emas, que já tem um trânsito terrível. Falta muita infraestrutura. E isso não é mérito do Governador Agnelo não, isso são problemas de governos passados que caíram ainda nesse governo.

Nós não estamos aqui para criticar o Governo Agnelo, e nem os governos que se passaram. Eu estou querendo chamar a atenção é para isto: vamos tratar a nossa área rural com um pouquinho mais de carinho, de respeito e de dignidade? Porque essas pessoas estão ali produzindo alimentos. Nós temos uma cidade que já está adensada. Eu estou falando: hoje eu não consegui chegar ao Palácio do Buriti



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	23

na hora certa por causa do trânsito. Eu fiquei preso na EPTG hoje, não dei conta de passar!

Então, isso é preocupante! E aí nós vamos colocar, em uma cidade que já tem 130 mil habitantes, aproximadamente mais 100 mil pessoas? Vamos cuidar daquela cidade primeiro. Vamos fazer aquela cidade. Depois a gente pensa em adensar mais, a gente pensa em outros propósitos.

Deputado Chico Vigilante, dentro da cidade do Recanto das Emas eu tenho a informação de que há áreas livres que dariam para ocupar boa parte desse programa do Morar Bem. Áreas dentro da própria cidade! Sem precisar mexer lá dentro.

Com relação ao Ibram, eu queria apenas lembrá-lo de que quando falamos aqui que há dúvidas com relação a esse estudo, temos certeza do que se está falando.

Estive na área. Eu não a conhecia totalmente, mas estive lá e andei chácara por chácara, entendeu? Vemos ali a preocupação daquelas famílias com a própria cidade e com relação ao meio ambiente. É preocupante sim!

Dentro da margem que o Ibram está falando que vai ficar como urbana, vai deixar um corredor ecológico ali, isso para mim é desnecessário. Isso é pouco para se fazer dentro de uma área tão fragilizada como àquela.

Lá há áreas, dentro desse espaço em que serão construídos os prédios, que dão água com 2 metros. A administração foi fazer com retroescavadeira um rego para passar não sei o que e saiu água. Então, o Ibram tem de tomar cuidado com essas coisas! O Ibram tem de tomar cuidado com essas coisas!

Viu, Deputado? Mais uma vez vamos pegar o PDOT e revisá-lo, vamos deixar aquela área lá como está. Vamos deixar a Vargem da Bênção – e outras áreas que sabemos que estão sofrendo pressão – como está. Na próxima votação do PDOT voltamos essas áreas para rural.

Vamos fazer isso? Porque até então, nesta Casa, no PDOT, acho que não houve uma ação como essa. Houve, como o Secretário Lúcio falou, algumas coisas esporádicas, mas vamos fazer isso como um marco em respeito às áreas rurais e ambientais do DF? Vamos devolver a Vargem da Bênção para a área rural e vamos tirá-la deste crime que foi cometido: colocar aquela área como urbana? É uma proposta do Conselho de Desenvolvimento Rural do Gama. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – *Ok*. Muito obrigado.

Eu quero registrar a presença do Sr. Leonardo Antunes, assessor do Deputado Rôney Nemer, a quem representa, e da Sra. Patrícia Almeida, assessora do Deputado Patrício, a quem representa.

Concedo a palavra ao Sr. José Araújo dos Santos Júnior, morador da Vargem da Bênção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	24

SR. JOSÉ ARAÚJO DOS SANTOS JÚNIOR – Boa tarde, Deputado Chico Vigilante.

Estou aqui para reivindicar a nossa situação lá na Vargem da Bênção. O Moisés foi o meu advogado em 2008, logo que o Arruda entrou. Ele tentou me tirar lá da chácara para colocar a cavalaria. O Dr. Moisés foi o meu advogado! Ele que entrou na Justiça contra a minha pessoa. Eu tenho uma liminar ganha. E hoje ele quer me retirar de lá? Ele disse: "Mas como é que pode tirar você de lá, Júnior?". Eu perdi na primeira instância, ganhei na segunda. Eu estou naquela chácara há dezesseis anos, e hoje ele quer tirar...

Outra coisa, Deputado, a gente não tem como se defender do governo. A gente foi lá no Ibram para tirar autorização e perdeu por 11 a 10. A Caesb não votou, a PM não votou, o bombeiro não votou; para tudo isso não teve votação.

O Francisco, da Secretaria de Agricultura, quando aconteceu a reunião no Recanto das Emas, ficou chamando a gente de grileiro, de invasor. Isso é certo? Uma pessoa da agricultura falar que a gente é invasor?

Você estava naquele dia no Recanto das Emas, quando eu tive aquela discussão com o Agnelo: "Governador, como é que você quer fazer mais 20 mil casas se aqui não tem um hospital?". Você estava lá no dia, na 308 do Recanto das Emas, quando ele estava dando uma entrevista para o Vigão. O senhor me viu lá falando com ele. Ele disse: "Olha, Júnior, não vai sair ninguém. José, não vai sair ninguém, pode ficar despreocupado!". E, hoje, querem tirar a gente! É certo isso, Deputado?

Eu acho que não é bem assim não. A gente trabalhou na campanha. Eu não ia nem tocar no assunto, mas o Deputado Agaciel Maia que esteve aqui agora falando e defendendo a gente é meu primo. Fui eu que elegi o Agaciel, ele sabe disso. Eu tive um atrito com ele, tive uma discussão, e ele tentou fazer as pazes ali comigo. Então não é bem assim não! Eu arrumei voto para o Magela, para o Agnelo. E ele sabe de tudo isso. E, hoje, querem tirar a gente para deixar aí jogado na rua! É justo isso?

Eu acho que não é por aí que vai, não. Se vocês querem fazer uma política habitacional, tudo bem, eu concordo. Ninguém é contra, mas tem tanta área ali. Aquela área do Catetinho, que o pessoal invadiu uma época, por que não vai para lá? Eu acho que não é bem assim.

Deputado, vamos defender a gente nesta causa. É bom para o governo, é bom para o PT. Vocês têm de ver que no ano que vem vai ter eleição. No ano que vem vai ter eleição, e não é bem assim não, Deputado Chico Vigilante. Vamos ver a gente com outros olhos. A gente não é invasor, não. A gente é produtor. Eu mexo com gado, a Stefânia mexe com gado, mexe com cavalo, e agora querem tirar a gente!

A gente foi à reunião do Ibram e a gente perdeu por 11 votos a 10; é justo? Não é justo. Porque o pessoal... Defende um pessoal... Como é que um secretário do meio ambiente coloca uma pessoa que quer destruir o meio ambiente? Lá do outro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	25

lado, na beira da pista, existem as nascentes que estão jogando água para cima. Lá na chácara da dona Célia... Eu digo isso porque conheço aquilo ali tudo. Na chácara da dona Célia, na beira da pista, se andar da pista 200 metros para baixo, você vê a nascente naquela matazinha lá. Como se quer fazer casa num setor desse? Eu acho que não é bem assim, não. Eu acho que vocês têm que ver, pensar. Entendeu? Vamos defender o setor habitacional. Todo mundo concorda. Agora, vamos deixar a área da agricultura lá, porque nós precisamos da terra para plantar, para produzir.

No ano passado eu plantei quiabo e forneci para o Tatico. Todas as semanas eu fornecia quarenta, cinquenta caixas de quiabo para o Tatico. É isso que a gente tem que fazer, é um produto novo. O gerente do Tatico disse: "Zé, você é uma pessoa que está produzindo. O único quiabo bom que está chegando aqui é o seu, porque você tira hoje e hoje a gente já vende". É um produto que é fresco. Ele estava trazendo quiabo do Espírito Santo. É justo isso? A gente tem as terras aqui e pode produzir. É nisto que vocês têm que pensar: em defender a agricultura; não em querer destruir a gente lá. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vocês viram aqui o poder de uma audiência? Conseguimos reconciliar dois primos. Já é um bom resultado.

(Intervenção fora do microfone)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pois é, aproveita e leva uns quiabos, uma galinha caipira e me convida para ir também! Brincadeira, gente.

Registro a presença do Sr. Josué Camargo, assessor da Deputada Federal Erika Kokay.

Até que enfim ouviremos uma produtora rural. Concedo a palavra à Sra. Jeanete Souza, moradora da Vargem da Bênção.

SRA. JEANETE SOUZA – Boa tarde a todos. Eu sou moradora do Núcleo Rural Vargem da Bênção há 27 anos. Quando fomos para lá, não existia Recanto, não existia Samambaia, não existia Riacho Fundo, não existia nada. Nós vendemos, na época, um apartamento aqui no Plano e dois carros seminovos para comprar a concessão de posse, o contrato lá.

No DF, quem parcela enriquece e é regularizado. Quem produz, quem está protegendo a terra, quem está beneficiando, dando emprego, produzindo alimentos, é desapropriado. O governo quer nos desapropriar. É o pior, sem nenhuma indenização. Quando o Recanto das Emas foi feito, foi desapropriada toda uma área do lado de lá e foi indenizado. Hoje eles não querem nem nos dar esse direito. Isso que foi falado pelo Sr. Moisés não bate com a declaração que nós pegamos no *Jornal de Brasília* do dia 13 de setembro, uma sexta-feira, que dizia que a gente tinha que sair em trinta dias. Isso é indenização?

Muitos dos nossos colegas aqui não sabem disto: nós fomos surpreendidos semana passada. Essa semana ficamos sabendo que já saiu a coisa para que saíssemos em trinta dias. Venceu dia 11 de outubro. Nós estamos sendo tratados



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	26

pior do que bicho, porque bicho tem o seu lugar de morar. Nós não estamos tendo esse direito. Nós não somos invasores, nós não estamos ali brincando. A minha vida está ali, a vida de todos aqui está ali.

Eu estou ali com o meu amigo Sr. Manoel, que conheço há muitos anos. Na casa dele são onze pessoas. Ele adotou cinco crianças muitos anos atrás, mais a família e duas idosas. Ele não soube me dizer que órgão era. Ele tem o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Ele tem PAA, contrato com o governo para produzir alimento e fornecer, mas está ali parado, a terra toda arada, sem saber: “Planto ou não planto; vou sair amanhã, não vou”. Nós estamos assim.

Temos uma comunidade terapêutica de tratamento de dependentes químicos – temos aqui alguns representantes de lá com a gente também –, temos condições de fazer uma comunidade para sessenta pessoas, mas estamos praticamente parados. Por quê? Porque o governo está nos ameaçando, tem um ano que nós estamos com uma faca em cima das nossas cabeças. Os produtores estão assim: “Planto, não planto; planto, não planto”. As terras estão aradas, está na hora de plantar e não podemos plantar.

Nós temos no Recanto das Emas uma população de em média 180 mil pessoas que não têm um hospital, e eles querem botar mais 120 mil lá sem nada. Tiraram agora a parte do metrô, fizeram casas. A Sedhab está passando por cima de qualquer coisa, eles querem ganhar votos, estamos próximos das eleições.

Então, temos ali nascentes. A minha área, Deputado, é cheia de nascentes, é uma das mais ricas, e eu estou com um projeto aqui no qual a pista vai passar exatamente onde tem um desastre ecológico, dá para ver pelo Google, a 1 quilômetro e tanto. Afundou lá na minha área porque fizeram a captação de água do Recanto das Emas e jogaram num riacho que não aguenta, afundou mais de 6 metros. Está vendo isso aqui? Afundou bem mais que isso aqui, uma área de uns 60 metros de diâmetro, maior que um campo de futebol! Dá para ver lá de cima, e eles vão passar. Eles fizeram um estudo de impacto ambiental. Foram lá? Não foram, mandaram a Ecotech. A Ecotech, que estava com funcionários do Ibram lá algum tempo atrás, entendeu? Mandaram a Ecotech lá fazer o levantamento.

Ele passa lá no meu desastre ecológico. Não foi porque nós desmatamos; nós preservamos. Lá temos miquinhos, temos capivaras, porco-espinho – meu cachorro apareceu cheio de espinho semana passada –, temos uma fauna e uma flora cheia de xaxim, que é uma planta protegida por lei, e eles não viram nada disso, não interessava fazer um impacto ambiental que mostrasse isso tudo.

Então, nós precisamos do apoio de vocês, nós precisamos que seja revisto o que está sendo feito lá conosco. Estamos sendo atropelados, estamos sendo altamente maltratados pelo governo que apoiamos, pelo qual lutamos. Nós estamos aqui produzindo.

Quando a Capital veio para cá, houve uma moção na Câmara dos Deputados querendo voltar a cidade para o Rio de Janeiro porque nada se produzia aqui. Com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	27

ajuda da Emater e da Embrapa, estudos foram feitos, e aí se pôde produzir. Nós compramos essa briga, produzimos, e agora estamos sendo jogados a escanteio.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, D. Jeanete.

Passo a palavra ao Sr. Olímpio Souza, morador da Vargem da Bênção.

SR. OLÍMPIO SOUZA – Sr. Deputado, agradecemos muito o apoio que tem dado a nossa comunidade. Nós estamos na verdade passando momentos difíceis porque estamos sendo massacrados pelo governo. Nós não temos para onde correr.

Vamos supor: se nós precisamos arranjar uma declaração no cartório, o cartório já foi manipulado pela Terracap ou pela Sedhab e eles não conseguem arranjar certidões para recorrermos no Judiciário. Se vamos a um órgão, o órgão não consegue nos dar informação.

O Ibram falou aqui... Nós vemos que aquela área é uma área de APA. E área de APA não muda porque a Câmara Legislativa mudou a destinação, ela continua sendo APA.

Não sei se o Deputado Rôney Nemer ainda está aqui. Quando foi feito o estudo de impacto ambiental daquela área, antes mesmo da construção do Recanto das Emas ou de Samambaia, foi designada uma área de uma terra onde não tinha como construir. Então, foi separada aquela terra. E, desde aquela época, essa terra não mudou, não. Ela continua com as mesmas fragilidades, com os mesmos problemas. O que mudou foi uma lei da Câmara, mas não mudou nada na terra. (Palmas.)

Nós agradecemos ao senhor, Deputado, porque nós temos visto... Eu não sei como... Eu quero até parabenizar o Deputado Magela pelo poder que ele tem tido de manipular tanto o governo, o Judiciário, tantas coisas, que nos prende totalmente. Nós ouvimos em todo lugar dizerem: "Não, mas é o Deputado Magela que está atrás de tudo isso". Então, nós temos visto isso sem condições de... Como nós vamos mudar e como nós vamos mostrar que somos os verdadeiros ocupantes?

Nós estivemos numa reunião no Recanto das Emas para falarem que iam arrumar a terra, um local para a gente num plano de remoção... a pessoa da Terracap – não sei se foi o Francisco – e depois a da Secretaria de Agricultura, Rafael, foram enfáticas ao dizerem o seguinte: "Nós vamos cassar todas as liminares". O poder que ele mostrou que tem... Parece que o juiz do meio ambiente está nas mãos deles. Ele é quem age. Disseram assim: "Nós vamos cassar. O juiz só vai assinar, mas nós vamos cassar as liminares."

Então, isso nos mostra que não temos como agir. Nós não temos como agir, porque, se formos para o Judiciário, já está tudo certo; se formos para outro canto, já está tudo certo. Então, nós estamos nos reunindo aqui, estamos aqui num último apelo, na última oportunidade que temos de estar aqui e pedir, para ver se a Câmara tem condição de reagir. Eu não sei se a Câmara tem condição de reagir contra a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	28

Sedhab e a Terracap. Não sei se a Câmara tem condição de reagir, de ver, de colocar em ordem, porque não é só a Vargem da Bênção que está com esse problema. Nós temos visto isso, essa exploração em todo o Distrito Federal: Sobradinho, Gama, todo lugar. E nós precisamos, Deputado, que a Câmara reaja contra isso, senão a nossa Capital vai ser destruída por tudo o que tem sido feito.

Outra coisa, nós temos lá na nossa área uma igreja que funciona há mais de dois anos, temos um templo construído. A Terracap ignorou e não colocou que funciona ali uma igreja, que temos uma igreja construída, um templo construído, que temos o CNPJ do templo, temos todas as coisas. A instituição legal mostra que temos uma igreja construída naquele local e que ela funciona, nós temos sido ignorados também com relação a isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passamos a palavra ao Sr. Valdir Calisto de Camargo, do Movimento Rural Terra Legal.

SR. VALDIR CALISTO DE CAMARGO – Boa tarde a todos. Uma grande parte de nós está junta desde a manhã.

Eu quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante, porque é a primeira vez que temos oportunidade de falar com um Deputado do Partido dos Trabalhadores. Até então nenhum deles tinha parado para ouvir a área rural. É uma oportunidade que temos, e nós temos que tirar proveito disso.

Eu quero falar sobre o PDOT. Lá em Sobradinho, em 2009, no Núcleo Rural Sobradinho I, uma área de 6 mil e poucos hectares foi indicada para se transformar em urbana. A Sedhab estava indo lá conversar com a comunidade, só que ela conversou com a comunidade de Sobradinho II. Na hora que foi sair o PDOT, eles jogaram a transformação de urbano em Sobradinho I, pegando todo mundo de surpresa. Nós fomos batalhar para reverter e conseguimos reverter. Seis mil e poucos hectares, revertemos e mantivemos como rural, só que ela voltou a Sobradinho II e colocou a área de Sobradinho II como urbana. É uma zona de expansão econômica. Eu não sei em qual classificação está a Vargem da Bênção, mas, lá em Sobradinho, há uma zona de expansão econômica no Núcleo Rural Sobradinho II, 1.200 hectares mais ou menos para expansão econômica. Eu não sei o que é isso, mas está lá reservado. Os produtores estão lá, no canto, sem poderem fazer nada, esperando o dia em que o governo fará com eles o que está fazendo agora com a Vargem da Bênção. A qualquer momento, eles vão inventar um projeto e vão derrubar todo mundo lá.

Então, Stefânia, há tempos eu venho alertando sobre isto: o PDOT não está acima de tudo. O PDOT não está acima de tudo. Ele é regido pelo Estatuto das Cidades, e o Estatuto das Cidades é muito claro quanto a isto: tudo tem que ser feito de forma democrática com a comunidade envolvida. O Distrito Federal não é a comunidade envolvida. Não adianta levar para o Palácio da República, juntar 2 mil pessoas e todo mundo gritar. Não, você tem que ir à comunidade de Vargem da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	29

Benção e perguntar: “Vargem da Bênção, vocês querem transformar em urbano?” Se vocês disserem “não”, não vão transformar em urbano. O PDOT que transformou vocês em urbano, aquela ação do PDOT é inconstitucional. Se alguém quiser questionar isso baseado no Estatuto das Cidades, vai ter sucesso e vai reverter para rural. Se vocês pesquisarem a legislação do Estatuto das Cidades, verão que essa possibilidade existe.

Outra coisa, Deputado: o senhor falou aqui no início que o assunto hoje era Vargem da Bênção. Não tem como falar de qualquer assunto da área rural sem falar da Terracap. Não tem como. Ela é a inimiga número 1 e vai continuar sendo enquanto existir ou enquanto nós produtores rurais existirmos. A Terracap é uma imobiliária, e nós somos produtores de alimento. Somos duas categorias completamente incompatíveis. Não vai haver conciliação nunca! Não existe um exemplo no mundo de conciliação de imobiliária com produtor rural.

Brasília quer fazer uma coisa inédita. É sempre assim. É tão inédita que não existe em canto nenhum do mundo! Então, a Terracap tem que dizer o que é dela, porque o que não for dela pode ser nosso. A Terracap não tem que ser dona do Distrito Federal. Deputado Chico Vigilante, no dia da aprovação da lei dos superpoderes para a Terracap, eu ouvi do senhor mesmo o seu comentário. O senhor disse: “Agora, ser Presidente da Terracap vai ser mais importante do que ganhar para governador”. O senhor tinha razão, porque Presidente da Terracap manda em Brasília, porque ele é subordinado aos grupos imobiliários, que fazem o que querem dentro da cidade.

Agora vem aí o tal do Projeto Singapura. Nós não fazemos ideia do tamanho disso. A área rural do Distrito Federal com o Projeto Singapura simplesmente estará extinta. Só o aeroporto da cidade digital ocupa 5 mil hectares, com 15 quilômetros de raio isolado, mais a cidade aeroportuária. Eu vi o termo de contrato que fizeram com a Jurong. O restante do Projeto Cingapura, a Terracap está pagando. Todo mês ela paga a parcela. Comprou em prestação o projeto. Quase 9 milhões, mas comprou em prestações. Onde está o projeto original? Onde está o projeto, pelo menos o princípio dele, o projeto que vai orientar esse Projeto Cingapura? O Luiz Estevão está lá com a cidade dele, agora. O Governo do Distrito Federal sócio de um bandido. Não tenho nada contra o Luiz Estevão, mas ele é condenado a 31 anos de cadeia. Eu nunca fui condenado a nada. Só pela minha mãe, de vez em quando.

Então, o Governo do Distrito Federal e a Terracap são sócios de um senador condenado a 31 anos de prisão. Por que não se apresenta esse Projeto Cingapura aos poucos? Vamos saber o que é esse Projeto Cingapura que a Jurong contratou com a Terracap! Por que a Terracap está interessada nesse Projeto Cingapura? Vão se tomar as terras da área rural do Distrito Federal todo. O Núcleo Rural Tabatinga está condenado. Eu já cansei de falar isso. O secretário aqui fala: “Não. Nice, onde é que vai ser o aeroporto? Ah! Lá na área da aeronáutica”. Não! Eles estão fazendo como o Ronaldinho Gaúcho: olham para um lado e chutam para o outro. Porque não vai ser lá. Será no Núcleo Rural Tabatinga.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	30

Era isso o que eu queria dizer. Agradeço. Infelizmente, temos que conviver com esta desgraça dentro do Distrito Federal, que é o Estado dono de uma imobiliária.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Sra. Valdete Lima.

SRA. VALDETE LIMA – Boa tarde. Meu nome é Valdete, mas pessoal me conhece mais como Val. Quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante ter conseguido esta audiência pública. Achei até impossível, porque foi muito rápido, como o Deputado Agaciel Maia falou.

Nós agora não estamos pedindo, estamos exigindo que se faça realmente a medição de novo, porque, naquelas terras, não é possível haver apartamentos. É poço de petróleo? Aquele petróleo que fica no alto, para fazer um prédio desses? Isso não existe. Ali, com 2 metros, há água. Isso não existe.

Gente, vamos lutar! Vamos correr atrás mesmo! Não vamos parar, porque a Terracap está querendo ser dona de tudo! E nós, ficamos onde? Não somos invasores.

Como o Joaquim diz, lá no Recanto das Emas, existem várias áreas que podem ser habitacionais. Nós somos rurais e não vamos deixar de ser. Não queremos comprar apartamentos. O que nos ofereceram foram apartamentos comprados ou ficarmos em final de fila. Vamos correr atrás e vamos lutar!

Espero que o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Agaciel Maia ou qualquer outro nos ajude e nos dê força. Não vamos desistir. Vamos correr atrás. Não vamos sair do local enquanto não tomarem uma providência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Sra. Valdete.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco Barbosa.

SR. FRANCISCO BARBOSA – Boa tarde. Fico até comovido em ver que esta Casa, tão rapidamente, por intermédio do Deputado Chico Vigilante, tenha dado atenção ao pessoal da área rural. Estou aqui em solidariedade, pois sou morador do Recanto das Emas. Conheço muito produtor rural que não está dormindo. Realmente isso está muito preocupante. Por que estou aqui hoje? Porque sou solidário, moro lá e conheço muita gente que trabalha com produção.

O governo tem que se preocupar em arrumar hospital, com o Pré-Sal, pois o nosso País está praticamente parado. Essa deve ser a preocupação. Será que o governo não vai se preocupar com as pessoas da área rural? Eles produzem e trabalham. Conheço o Sr. Raul Leão há mais de vinte anos, e ele produz; o Manoel do Recanto das Emas, cultiva peixe; o Júnior produz quiabo, como ele falou aqui. Será que o Governador não vai se comover?

Deputado Chico Vigilante, você é meu conterrâneo, é maranhense e eu o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	31

respeito muito, mas eu queria que você respeitasse também o nosso povo da área rural e desse mais credibilidade a eles. Façam um apelo ao Governador, pois tenho certeza de que o Agnelo ouvirá vocês! Estou apelando por eles.

Saí da minha casa, hoje, para vir aqui. O Manoel me ligou, e eu disse que viria, pois sou solidário. Sou líder comunitário e sei da situação do povo do Recanto das Emas, pois lá há pessoas que não estão dormindo. Eu vou lhes dar um recado: se disserem que vão arrancar alguém de lá, faço questão de fechar o Recanto das Emas, queimar pneus e mostrar a força que o povo do Recanto tem. Estamos lá para ajudar e mostrar a nossa capacidade.

Eu queria agradecer ao Deputado Agaciel o que ele falou. Fiquei surpreso com as palavras, com a capacidade e com a inteligência dele. Deputado Agaciel Maia, parabéns pelo que você falou pela área rural! Isso é bom. Eu fico agradecido.

Deputado Chico Vigilante, vamos tentar ajudar esse povo! Sei que o senhor é do Partido dos Trabalhadores, mas esse povo aqui vota, e as eleições de 2014 estão chegando. Você vai bater na minha porta para pedir voto? Não vai. Temos de nos preocupar agora com o pessoal da área rural.

Agradeço também ao Castanheira, que me conhece há muitos anos e sabe que nós lutamos. É por isto que estou aqui: por um favor a vocês, que são lutadores, e pelo interesse da nossa comunidade de Brasília.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos ouvir agora a Sra. Edileusa Laurentino, Presidente da Rede Mulher e Vice-Presidente da Associação de Produtores Rurais da Ceilândia. Em seguida, o Sr. José Raul, Presidente do Parque Leão.

SRA. EDILEUSA LAURENTINO – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante, um cidadão de Ceilândia. Agradeço a presença ao Secretário de Agricultura, Sr. Lúcio Valadão; à Stefânia; à advogada e aos demais.

Quero colocar dois pontos aqui.

Indago ao Deputado Chico Vigilante se é crime nós, da área rural, termos mantido nossas propriedades intactas. Para nós, é como se fosse um crime, porque estamos tendo que pagar por uma situação que não é nossa e que vem de anos e anos. Nós, que produzimos em nossas propriedades e que as mantivemos intactas, hoje estamos sofrendo as consequências. Quantas pessoas – repito – já morreram com a incerteza de ter o documento dessas propriedades? Sou filha de produtor, nasci na área rural, fui criada praticamente dentro de uma associação, com a minha mãe lutando, brigando lá dentro. Hoje, vejo que é a mesma briga. Isso é um absurdo, Deputado.

Hoje, estou aqui sendo solidária e o serei com toda a área rural do Distrito Federal. Onde estiver gente sendo desapropriada, lá estou, porque acho um absurdo isso, porque nós, que mantivemos nossas propriedades intactas, temos que pagar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	32

pagar por um crime que não cometemos. Somos, em primeiro lugar, produtores de vida, porque produzimos água, em primeiro lugar, produzimos alimento para a cidade. No entanto, nós hoje estamos sendo escoraçados de dentro de nossas propriedades. Isso aconteceu comigo.

Hoje já contei para a Stefânia e contei numa reunião o que aconteceu comigo na minha propriedade. Eu fui vítima também. Tentaram me tirar como se fosse um cachorro de dentro da minha propriedade. E isso foi um absurdo, porque eu tinha acabado de chegar de uma reunião de conselho que estava debatendo melhoras para o meu setor. Eu falo em nome da Rede de Mulheres, porque a Rede de Mulheres está se levantando, não só em Ceilândia, mas em todo o Distrito Federal. Nós, as mulheres, vamos unidas porque vamos guerrear contra essa situação e porque não vamos aceitá-la.

Para encerrar, mais uma situação. Nós temos, Deputado, a Arie JK. Inclusive vamos ter uma audiência. Eu até convido os nossos companheiros, a Mesa também, na pessoa do Deputado Chico Vigilante. Nós vamos ter uma audiência pública que vai falar só sobre a Arie JK, porque é um cinturão verde, que é o pulmão de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. Essa audiência vai ser provavelmente em dezembro. Então eu deixo o convite aqui para a Mesa. É isso.

Eu espero, Stefânia, que hoje seja resolvido, que vocês possam sair daqui com a certeza de que vai ser resolvida essa situação, porque eu acredito que os nossos representantes que estão aqui vão trazer uma notícia boa para vocês, se Deus quiser. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. José Raul.

SR. JOSÉ RAUL – Excelentíssimo Deputado Chico Vigilante, na pessoa de quem faço saudação a todas as autoridades aqui presentes e representadas. Uma saudação especial e carinhosa a minha filha Stefânia, Presidente da Associação da Vargem da Bênção, e à nossa guerreira e advogada, Dra. Elza. Tenho muito orgulho de ter a senhora como nossa defensora.

Senhores e senhoras, o nosso Secretário da Agricultura me deu a oportunidade de falar do Contrato nº 1 do Distrito Federal. Esse contrato é do Parque Leão. Foi o primeiro contrato feito, ainda antes da criação do Distrito Federal. Está dito naquele contrato original ali que nós fomos requisitados pelo governo de Goiás para aqui investir como produtor rural, para que fosse criado aqui no Distrito Federal um cinturão verde para viabilizar a criação do futuro Distrito Federal do Brasil.

Vamos voltar no tempo cinquenta anos. Imagina Brasília como eu conheci: só terra, toda ela. Não havia nada. É diferente criar hoje o Distrito Federal em Curitiba. “Vamos mudar a Capital da República para Curitiba, para Salvador”. É uma cidade maravilhosa, mas para fazer e para realizar o sonho de Dom Bosco, precisava



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	33

realmente de um Juscelino. Era preciso um homem diferente e da grandeza dele para fazer isso acontecer aqui no Planalto Central.

Eu quero me apresentar. Meu nome é José Raul Alkmin Leão. Sou agricultor, pecuarista e colonizador, e colonizador! Por que colonizador? Porque tenho, no oeste da Bahia, mais de quinhentas famílias assentadas, produzindo soja. Hoje, mais de 200 mil hectares de lavoura de soja.

Quero dizer aqui aos senhores que isso não aconteceu no oeste da Bahia por acaso. Aconteceu, no oeste da Bahia, esse desenvolvimento em Luís Eduardo Magalhães porque esse sonho de Dom Bosco se realizou em Brasília, e houve um homem atrás dele chamado Juscelino Kubitschek que nos convidou para vir para cá montar aqui um cinturão de produção. Nós o montamos para viabilizar aqueles Deputados que estavam no Rio de Janeiro, curtindo praia maravilhosa, a cidade mais bela do Brasil. Você trazer esse homem para cá para comer verdura podre?! Ele não vinha não! Isso aqui não teria acontecido se nós produtores não tivéssemos vindo para Brasília fazer o que nós fizemos: acreditar na terra, que é o que nós sabemos fazer, e fazê-la produzir. (Palmas.)

A importância dessa requisição. Foi importante o governo ter buscado no produtor criar esse celeiro de produção aqui. Ele é responsável, hoje, Srs. Deputados, pelo agronegócio brasileiro. Foi através desse PAD/DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal – que eu, como colonizador, com 382 mil hectares de terra na Bahia, tive a oportunidade de assentar cinco cooperativas. Esse pessoal subiu aqui para o PAD/DF ainda no governo da Revolução, quando o cerrado era uma terra estéril, em que não se produzia nada. O papel valia mais do que a terra. Nós fizemos essa terra através do Sr. Paulinelli, quando ele foi Ministro da Agricultura. Foi ele o grande descobridor do cerrado brasileiro.

Essas famílias começaram a subir para Brasília e, de Brasília, começaram a subir para o oeste da Bahia a para o sul do Piauí, onde também sou colonizador. Eu tenho 542 famílias em Luís Eduardo Magalhães produzindo grãos e tenho 237 famílias no sul do Piauí. Eu era chamado pelo Governador Mão Santa de embaixador da soja do Piauí.

Eu quero me alongar um pouco e gostaria que a Casa tivesse um pouco de paciência comigo porque são importantes as revelações que tenho para fazer nesta Casa, Deputado. Como o senhor recebeu a nossa bandeira de luta – e eu acredito na sua postura de Parlamentar –, eu lhe peço um pouco de tolerância no meu pronunciamento.

Eu tive a oportunidade de estar no Lago, agora, recentemente, discutindo e participando da LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo – do Lago sul. Quando nós falamos do Lago Sul, nós falamos da elite de Brasília. Lá, atentamente, discutíamos todas as questões que eram de interesse do Lago Sul, quando fui surpreendido pelo pronunciamento do Dr. João Eugênio, um dos primeiros moradores do Lago Sul, médico bem-sucedido, homem sério, capaz, ocupado. Ele disse, já no final da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	34

reunião, que, antes de se discutir a Luos do Lago, o Administrador do Lago Sul se reuniu com as famílias do Lago Sul que têm interesse realmente naquela região para apresentar à SEDHAB – Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano – o que era de interesse dos moradores do Lago Sul.

Apresentaram para a Sedhab mais de quarenta itens de interesse do Lago Sul, dessa elite. E o Dr. João falou – na presença do Deputado Robério Negreiros, do Deputado Rôney Nemer, do Deputado Aylton Gomes, da Deputada Celina Leão, do Deputado Wellington Luiz – que, das quarenta apresentações feitas por um grupo de trabalho que durou dois dias – de 8h às 12h, de 14h às 18h; com homens, empresários e moradores do Lago defendendo interesses do Lago –, nenhum item foi admitido pela Sedhab. Que governo participativo é esse que nós temos aqui no Distrito Federal? Qual é a nossa participação nele?

Isso para mim é uma denúncia de grande relevância. Por que, Deputado Chico Vigilante? Como posso me sentir morador da Vargem da Benção, do Recanto das Emas, da Ceilândia, de Taguatinga, quando você vê o Lago Sul não ser atendido em nenhuma reivindicação?

Outra questão que para mim é muito importante denunciar nesta Casa. Em 1989, eu assentei no sul do Piauí 137 famílias. Estamos falando de 137 famílias, não é 120 mil moradores, não; 137 famílias. Nesse projeto – eu quero até pegar o depoimento do Dr. Paulo Castanheira, que me conhece há mais de trinta anos como produtor e colonizador, esteve no nosso projeto nos visitando no início dele –, o Ibama, naquela época era Ibama do Piauí, exigiu de mim, como colonizador, que fizesse o relatório de impacto ambiental para a implantação de 137 famílias. Isso me deu o título de embaixador da soja do Piauí, concedido pelo Governo Mão Santa. Em homenagem, recebi a medalha Honra da Renascença, em Parnaíba.

Contando com o apoio do Governador Mão Santa, com o apoio da área técnica da Embrapa, da Emater, da qual o Paulo Castanheira participava, contando com duas empresas por mim contratadas e outra pela cooperativa, o nosso relatório de impacto ambiental para 137 famílias demorou quase dois anos para ser aprovado, para ser liberado! Nós, como produtores – 137 famílias –, ficamos embaixo de uma lona preta, aguardando a aprovação do financiamento do Banco do Nordeste. Este não podia financiar enquanto o Ibama não se manifestasse e liberasse a nossa área.

Já quando você envolve interesses de uma empresa do porte da Mendes Júnior, essas coisas acontecem em uma velocidade incrível, Deputado Chico Vigilante. Eu não posso deixar de denunciar isso nesta Casa, porque sei que V.Exa. vai buscar esses resultados. Esse estudo foi feito muito mais rapidamente do que a minha advogada, brilhante como é, ter conseguido as cópias do processo. Foi muito mais rápido concluir o estudo do que a senhora conseguir, com toda eficiência, a cópia do processo.

Eu não posso admitir isso. E chamam isso de transparência. Não podemos admitir, Deputado Chico Vigilante. Estou aqui hoje consciente e tranquilo. Vou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	35

embora, hoje, daqui consciente e tranquilo. O problema da Vargem da Benção, o problema dos produtores rurais do Distrito Federal...

A partir desse momento que V.Exa., o Deputado Agaciel Maia e outros já se comprometeram em resolver essa questão, eu tenho certeza de que esse quadro vai mudar. Eu aqui já vi mudanças radicais de vários participantes desta Mesa, que não admitiam de forma alguma determinadas posições. Depois do seu pronunciamento, a coisa teve uma reversão.

Eu acredito nessa possibilidade, assim como acredito que esta Casa não vai permitir que esse programa Minha Casa Minha Vida, ou “minha casa minha dívida” seja irrigado com o sangue do produtor rural. Nós não vamos admitir, embora na Capital da República já conheçamos derramamento de sangue, mas esta Casa não vai permitir.

Cabe a V.Exa., Deputado Chico Vigilante, pela sua liderança, pelo que representa, dar um basta em um Deputado em quem não vejo credibilidade para fazer o que vem fazendo nesse processo. Não é admissível que antes da concorrência, antes do dia 28, antes que a concorrência fosse aberta, já tivesse ganhador: a Mendes Júnior. Nós sabemos disso, e temos isso documentado com fita, com filmagem, com caminhão. Nós já ganhamos a concorrência. Tentaram entrar na nossa chácara se dizendo já ganhadora da concorrência que aconteceu no dia 28.

Não, nós precisamos de transparência, Deputado. Nós precisamos resgatar nossa dignidade, e esta Casa é responsável por isso. Nós temos que ter orgulho de dizer que somos brasilienses e que temos aqui uma Câmara séria. O senhor é nosso representante. Nós vamos cobrar na certeza de que, no próximo ano, vamos encontrar com V.Exa., com o Deputado Agaciel Maia e com outros que vão nos defender, de frente, não pelas costas.

Muito obrigado.

Dra. Elza, muito obrigado pela coragem com que a senhora tem defendido essa causa do produtor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sr. Raul.

Sr. Raul era o último inscrito. Vamos proceder agora da seguinte maneira: vamos passar agora um tempo de até cinco minutos aos componentes da Mesa para que possamos ouvir suas considerações finais; em seguida, a gente encaminha para o encerramento.

Concedo a palavra à Dra. Elza Zaluski.

SRA. ELZA ZALUSKI – Deputado, quando iniciei minha fala aqui, até falei que a gente estava cansado de tanta reunião, de tanto encontro aqui, encontro acolá, e nada é feito. E é verdade, com exceção da reunião de hoje.

Hoje eu vou sair daqui com uma sensação diferente. Eu acho que hoje nós começamos a abrir a primeira porta para sermos ouvidos de verdade, porque até



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	36

então não era assim, eram audiências públicas para cumprimento de exigência legal, tão somente. Nós éramos ouvidos e não éramos atendidos em ponto algum. Mas hoje a minha sensação, ao sair daqui, certamente será outra.

Eu gostaria de agradecer à Secretaria de Agricultura, porque tivemos uma grande vitória hoje, ao Secretário de Agricultura e ao Sub-Secretário aqui presentes.

Entenderam que embora aquela área tenha sido transformada em área urbana, legalmente ela tem características rurais e que a Secretaria de Agricultura também não pode simplesmente sair do foco e tirar da mente que também é de sua responsabilidade essa questão fundiária.

Muito obrigada pela sua nova posição, secretário. A Vargem da Benção agradece.

Sr. Deputado, eu só gostaria de colocar ao senhor que, embora aqui tenha sido dito que o governo vai notificar os concessionários ou os ocupantes daquelas chácaras a partir da semana que vem para que apresentem a sua defesa e pleiteiem a indenização, caso haja, na reunião hoje pela manhã, o que ficou claro é que a notificação será para a desocupação da área. Será feita para desocupação da área e não para que seja pleiteada indenização, embora seja reflexo, mas a notificação será para desocupação da área. Então eu gostaria que o senhor tomasse ciência disso, dessa aflição que está sobre a cabeça dos ocupantes daquela área, porque a notícia que se tem é esta, que a notificação é para desocupação da área.

Eu gostaria de agradecer imensamente essa oportunidade. Nós já ouvimos diversas vezes falarem que uma audiência aqui na comissão geral é muito difícil, e o senhor conseguiu para nós, o senhor nos ouviu e, como disse, vai dar andamento ao nosso requerimento. Eu saio daqui com a certeza disso.

Agradeço a presença de todos e agradeço por terem nos ouvido.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Doutora.

Passo a palavra à Sra. Stefânia Leão.

SRA. STEFÂNIA LEÃO – Sr. Presidente, quero agradecer porque, como foi dito, é muito difícil a audiência. Eu estava lanchando com o Deputado Chico Vigilante. Ele telefonou e, na mesma hora, a audiência foi marcada para o dia 24. Então eu acredito que este quadro vai ser revertido.

Quando avisei que tínhamos uma audiência marcada pelo Deputado Chico Vigilante, muitos me questionaram dizendo que o Deputado é do governo e que não seria feito nada nessa audiência. Está provado aqui que tivemos a nossa oportunidade. Conto com o apoio do Deputado porque tenho certeza de que muito do que está acontecendo não é de conhecimento do Agnelo, pois não acredito que, com tantas irregularidades nesse processo, ele o esteja apoiando. Acredito que essa é uma demanda por fora da Secretaria de Habitação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	37

Quero avisar que, com a mesma coragem que nós acreditamos no sonho de Dom Bosco, no projeto de Juscelino Kubitschek e na terra, quando viemos para cá, teremos a coragem de gritar e lutar por esta causa até o fim. Não vamos parar por aqui, que este seja apenas o começo. Conto com a ajuda do senhor. Tenho certeza de que esse quadro será mudado e que os nossos direitos serão garantidos. Que parem de nos tratar de invasores, porque a partir de agora tenho certeza de que o senhor não vai permitir isso. Não somos invasores, estamos lutando pelos nossos direitos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sra. Stefânia.

Concedo a palavra ao Sr. Lúcio Taveira Valadão.

SR. LÚCIO TAVEIRA VALADÃO – Vou ser econômico no tempo, Deputado Chico Vigilante.

Quero agradecer o seu convite. Já estive nesta Casa em outras ocasiões tratando dessa questão desde o primeiro ano do governo, prestando esclarecimentos, fazendo o debate republicano, o debate legítimo com aqueles que fazem a produção rural aqui no Distrito Federal e também habitam o espaço rural do Distrito Federal.

Não mudamos de posição. Na última audiência pública, as pessoas que aqui estiveram presentes tiveram a oportunidade de ouvir um histórico que fizemos de como se deu a ocupação da agropecuária no Distrito Federal. Isso é um processo histórico. É um processo que tem motivações claras no abastecimento alimentar do Distrito Federal.

No nosso entender, o trabalho que é feito na Secretaria de Agricultura, sob a orientação e liderança do Governador Agnelo, é para manter o abastecimento alimentar da população do Distrito Federal. A área rural foi criada para isso e assim trabalhamos na Secretaria de Agricultura, para fazer a ampliação da oferta de alimentos, condições dignas para quem habita o espaço rural, com diversas atividades que estão sendo feitas pelo governador e pelo Vice-Governador Filippelli para o desenvolvimento rural.

Inclusive mudaram o nome da Secretaria de Agricultura. Antes era Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e foi transformada em Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, porque o desenvolvimento não é só tecnológico e econômico. A população que habita o espaço rural tem amplas demandas, iguais às dos que habitam o espaço urbano. A posição da Secretaria de Agricultura não mudou em momento algum. A nossa posição é a mesma.

Temos feito o debate com a sociedade, a discussão das questões que interessam a todos aqueles que estão no espaço rural. Evidentemente, dentro do Legislativo, o senhor tem sido uma pessoa que tem acompanhado de perto esse trabalho desenvolvido na Secretaria de Agricultura e tem nos apoiado, inclusive na votação das leis necessárias ao desenvolvimento rural do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	38

Agradeço e continuamos à sua disposição e de todas as comunidades rurais do Distrito Federal para continuarmos com esse debate saudável, com esse debate que cria perspectivas para um melhor entendimento dessas questões que abrangem o rural do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Lúcio.

Passo a palavra ao Reginaldo, que terá até cinco minutos para falar.

SR. REGINALDO VAZ DE ALMEIDA – Pretendo, pelo menos, propiciar aos senhores uma clareza melhor a respeito desse procedimento que a Terracap faz ao notificá-los, para deixar bem claro, Dra. Elza, que essa notificação é individual. Aquela que foi publicada no jornal foi uma publicação geral.

Acredito, até como um atendimento do governo a esses reclamos de trazer para o devido processo legal essa relação do Estado com o particular, que isso é fazer respeitar a ampla defesa e o devido processo legal, notificando os senhores para desocupação em trinta dias, mas permitindo aos senhores, no prazo de dez dias, apresentar o que entenderem de direito da forma mais ampla possível.

Quero apenas sugerir que, nessa oportunidade de defesa, vocês têm duas opções.

Primeiro, com esse novo comportamento do Estado, de posse dessa notificação, os senhores podem buscar a via administrativa para uma indenização, como já foi dito pelo Dr. Moisés. Nessa opção, deverão instruir o pedido dos senhores com o contrato com os investimentos que foram feitos vinculados à atividade rural e já uma proposta de valor de avaliação, propondo o recebimento dessa indenização à Terracap. Esse procedimento é para aqueles que fizerem a opção de buscar a via administrativa, porque, depois disso, a discussão vai ficar como é na desapropriação. Na desapropriação, se não se concordar com o valor, você vai ficar discutindo o preço. Mas, naquele prazo de trinta dias, o Estado, pelo menos até então, busca a desocupação para entregar para a Codhab, para instalar o projeto habitacional ali proposto. Venho, com muita sinceridade e transparência com os senhores, dizer qual é o procedimento que a Terracap está adotando, Sr. Deputado.

Eu gostaria de, para finalizar, apenas dizer que essa é uma nova situação jurídica. Aqueles que pretenderem buscar uma cópia do contrato que porventura não tenham – um Deputado, inclusive, me cobrou isso – poderão ir à Terracap e nós vamos fornecer uma cópia do contrato de que dispomos em relação àquela área ao ocupante que estiver lá hoje, para que, junto com esse documento, essa notificação, os senhores possam exercer plenamente o direito subjetivo que entendem de direito.

É isso, então.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao João Carlos para suas considerações finais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	39

SR. JOÃO CARLOS COSTA OLIVEIRA – Vou ser breve. Eu só gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo e deixar bem claro que o Ibram está à disposição de todos para esclarecer quaisquer dúvidas referentes ao processo de licenciamento ambiental.

Estamos à disposição lá no quinto andar da Superintendência de Licenciamento e Fiscalização e temos a obrigação de tirar as dúvidas. Caso queiram novas cópias dos novos documentos que vão ser inseridos no processo, o Ibram está à disposição de vocês.

Muito obrigado. Uma boa noite a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nas minhas considerações finais, vou pedir um pouquinho de paciência de vocês porque vou falar pelo menos uns quinze minutos.

Vou dizer para vocês por que eu tenho um interesse especial pela questão do campo. Primeiro, eu não pauto a minha ação política pensando em eleição, eu não pauto a minha ação política pensando em voto. Há muita gente que, ao olhar 24 famílias, que é o caso de 24 chacareiros envolvidos com esse processo, compara-os com não sei quantos milhares de pessoas que vão possivelmente, dependendo do desfecho, se ocupar ainda com um negócio chamado cooperativa habitacional. Há muita gente que tem medo e não topa esse tipo de debate que eu estou fazendo. Eu topo porque não tenho medo de nada. Quero estar em paz com a minha consciência. Portanto, eu não meço se são 23 pessoas. Nunca vou pedir para votarem, nunca vou querer saber em quem vocês votaram ou deixaram de votar. Eu quero saber se a causa é justa.

Eu nasci na roça. Vivi na roça até os 24 anos de idade, no interior do Maranhão, num lugar chamado Vitorino Freire. Quando eu nasci nem era Vitorino, era Água Branca, depois que virou cidade. Sou filho de uma família que se deslocou a pé, fugindo da seca do Pernambuco, de uma cidade chamada Araripina, que fica na divisa do Pernambuco com o Piauí. Chegaram lá nessa região...

Essa região é o que a gente chama lá no Maranhão, Lúcio, de terra devoluta, porque era tudo terra do governo. A gente a chamava de terra devoluta, não tinha dono. As pessoas chegavam, se estabeleciam, iam plantar as suas roças, fazer as suas lavouras e viviam realmente em comunidade, a ponto de, no dia em que um matava uma caça, um porco, um bode ou qualquer coisa, distribuir carne para os vizinhos todinhos. No dia em que os vizinhos matavam, também distribuíam para a gente. Cansei de, quando menino, ir levar um pedaço de carne a cada um dos vizinhos. Quando o vizinho matava um bicho também, muitas vezes a gente naquele dia só tinha feijão para comer – porque lá só se come carne no final de semana. Na semana, era feijão e arroz, mesmo. De repente, chegava a carne, e a gente ficava feliz.

Havia ocorrido o Golpe Militar de 64. Em 1966, criaram uma coisa que para nós lá foi uma desgraça, que foi vender as terras. Foi uma coisa só para desunir a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	40

comunidade, porque quem tinha uma vaca, um cavalo, um jumento trocou em terra. Meu pai, como não tinha nada, não comprou terra. Aí, passamos a plantar na terra dos outros. Quer dizer, nós, que éramos livres, de um dia para o outro viramos agregados. E, aí, para você plantar, o dono da terra cobrava. Chamam de foro. Aí, você era obrigado do arroz que você produzia... Ele não tinha dado nada para nós, não tinha dado cimento, não tinha dado coisa nenhuma e nós éramos obrigados a passar um tanto de arroz para ele, um tanto de farinha. Aquilo foi revoltando.

Mas veio uma situação mais grave. Como a terra lá é muito fértil, mais para frente, começou a vir um pessoal do Pernambuco e de Minas, que era mais endinheirado, comprar as terras. Compravam ali um lote de 50 hectares, 100 hectares, 200 hectares, e permitiam que a primeira roça você plantasse sem pagar foro, com um compromisso: plantar capim.

Lá havia um capim chamado lageado, que aqui chamam de Jaraguá e que, quando você planta, dependendo da terra, aquele miserável voa, joga semente dali a quilômetros, se espalha e toma conta da terra dos outros todos. O dono da terra – o que tinha comprado – fazia uma cerquinha bem frágil e botava o gado. Nós que tínhamos um pedacinho de terra plantávamos nossa rocinha perto, e o gado ia lá e comia. Aí, ele ia reclamar para o vaqueiro, e o vaqueiro dizia: “Rapaz, é o boi do patrão”. “Não, mas foi a cerca.” “Não, bicho. Esse bicho aí não tem cerca que dê jeito. É boi zebu. Portanto, ele vai continuar comendo. Mas o patrão compra a tua terra.” Aí, a pessoa vendia. Foram vendendo, vendendo, até que virou latifúndio, e aquelas pessoas que um dia eram livres, em que outro dia tinham um pedaço de terra, em seguida tiveram que ir embora para o sul do Pará. Aí quem mora nos grandes centros não sabe o porquê dos conflitos por terras lá no sul do Pará. Por que as pessoas matam e morrem? Porque foi a última coisa que sobrou para eles. Já foi expulso desse jeito, portanto, lá ele vai resistir.

Eu digo a vocês que não pauto a minha política por votos. Todo mundo aqui eu acho que conhece o Engenho de Santa Izabel, não é? Vocês conhecem? Ali no Caub? Que era do Genivaldo? Aquilo era um projeto belíssimo implantado pelo José Aparecido, o Caub. Uma coisa decente, coisa boa! O Genivaldo tinha a chácara dele e plantava cana, plantava outras coisas, e fazia rapadura.

Tentaram indenizá-lo e ele se negou a receber indenização que era para implantar o núcleo habitacional, ainda no tempo do Roriz. Outros receberam, e ele não. Felizmente o Roriz saiu, e depois veio o Arruda, que foi até lá retirar o Genivaldo.

Eu era muito amigo do Genivaldo. Infelizmente ele morreu em decorrência de uma cirurgia de vesícula. Quando chegaram lá para retirar o Genivaldo, ele me ligou e falou: “Chico, eu estou entrincheirado dentro de casa, eu vou matar e vou morrer. Mas eu não saio daqui de dentro. Ninguém vai me tirar daqui!”.

Eu era Oposição, mas sempre respeitei o Arruda e ele me respeitava também. Estava lá o Giffoni, que era o chefe, o terror, com aquela roupa preta dele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	41

e um monte de gente para derrubar a casa do nosso amigo Genivaldo. Então o Genivaldo me ligou e me falou: “Eu vou agir como guerrilheiro urbano. Eu vou morrer, mas não vão me tirar.” Aí eu liguei para o Arruda e falei que era uma absurdo querer tirar o Genivaldo. E o Arruda falou: “Chico, mas é o Giffoni.” E eu falei: “Rapaz, mas o Governador é você, não o Giffoni!” E ele não conseguiu tirar o Genivaldo. Depois, teve a derrocada dele e tudo, e o Genivaldo morreu.

Agora, mais uma vez, resolveram tirar o Genivaldo. Aí as filhas de Genivaldo me ligam – eu vou revelar a vocês aqui, porque foi o dia da maior tristeza da minha vida – dizendo que estavam querendo tirá-las. Então eu desci pra lá. Quando eu cheguei, estava postado ali no Rodobelo todo o aparato da SEOPS – Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal – para retirar o Genivaldo. Isso aconteceu há poucos dias, agora. Tinha trator, caçamba e tudo.

Aí eu fui falar com o chefe da operação, e ele não quis falar comigo. Eu falei: “Está bom! Não quer falar...” E aí eles apressaram a ida para lá. Então eu liguei para o Governador, que estava em uma reunião, e o ajudante de ordem falou: “Deputado, ele não pode atender”. Eu falei: “Tudo bem, não é preciso que ele fale, eu só quero que ele me ouça. Bota o telefone no ouvido dele para ele me ouvir”.

E aí ele começou a ouvir. E eu falei: “Governador, eu vou para a frente dos tratores, e sem negociação não vão tirar a família do Genivaldo”.

Por que foi um dia de muita emoção? Porque aquela viúva e suas filhas, é bom vocês visitarem, eles rezavam assim numa fé. Eles ficavam rezando, e rezando ali, e um trator posicionado em um canto da chácara no canavial, e outro posicionado no outro canto para entrar no canavial, e os outros indo para derrubarem.

Aí o governador falou que ia determinar suspenderem a operação. E me disse o seguinte: “Mas eles precisam negociar, Chico”. E eu falei: “Está bom, eu vou ajudar na negociação”. Então eu falei com o chefe da operação que o Governador estava determinando que ele suspendesse a operação. E ele disse: “Eu não recebi determinação dele”. E eu disse: “Mas eu estou lhe dizendo que o Governador está mandando”. Foi na mesma hora em que o telefone dele tocou, e o governador naturalmente havia falado com o Secretário da Seops para suspender a operação.

Qual a informação que havia chegado ao Governador? A de que eles tinham recebido indenização e não queriam sair porque estavam agindo de má-fé, pois haviam sido indenizados. Eles me garantiram que não haviam sido indenizados, e eu acreditei na palavra deles, pois aquela senhora não tinha por que mentir. De lá mesmo eu marquei com o Governador.

No final da tarde, eu levei a viúva e os quatro filhos – três moças e um rapaz. Eles chegaram e o governador falou: “Mas vocês foram indenizados, a senhora não quer sair?” Ela disse: “Não, governador, quem foi indenizada foi a chácara 69, nós somos a 68. Nós nos recusamos a receber o dinheiro, botaram na conta, nós não quisemos, a gente queria a terra, mas estamos dispostos... Como a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	42

gente sabe que não tem mais jeito, o projeto habitacional cercou tudo, estamos dispostos a negociar. A gente só não quer sair desse jeito”. E aí S.Exa. suspendeu a ação. Eles estão num processo de negociação. O pessoal da Terracap foi para lá avaliar tudo, cada pé de cana, cada coisa que eles fizeram.

Naturalmente eu comprei uma briga com a Sedhab e vou em frente. Vou em frente. Eu não aceito esse tipo de coisa porque tenho um comportamento comigo: eu não faço na Oposição o que não faço no governo. Eu não tenho um discurso na Oposição e outro no governo. Tanto faz eu ser governo ou Oposição, que o comportamento é o mesmo. Portanto, eu estou tendo com eles e vou ter com vocês o mesmo comportamento, quer eu seja governo, quer eu seja Oposição. Hoje eu apoio o governo. Sou o maior defensor do Governo Agnelo. É um governo no qual acredito, no qual aposto, mas estou do lado das causas justas. E a causa de vocês é justa, não é? A causa de vocês é justa.

As audiências que eu coordeno são aparentemente chatas porque eu imponho – imponho, não –, coloco as coisas do jeito que elas têm de ser, depois eu quero resultados.

Eu estava comentando com o Lúcio que vou propor ao Governador Agnelo que seja composto um núcleo de trabalho que envolva a Secretaria de Agricultura – porque não se consegue discutir terra rural sem ter a Secretaria de Agricultura junto –, a Terracap e a Secretaria de Governo. O Governador chega sábado. S.Exa. está viajando. Eu e o Lúcio vamos transmitir para ele o que foi esta audiência. Nós vamos, a partir de agora, conforme o que a Terracap já está dizendo aqui, entrar num processo efetivo de negociação.

No que depender de mim, eu estou falando por mim, enquanto Deputado – e aí tem a palavra do Executivo –, ninguém vai passar máquina por cima de vocês enquanto não tiver resolvido. Essa é a minha posição. Se quiserem passar, vão passar por cima de mim lá, junto com vocês. E no dia ainda vou chamar o Lúcio também.

Portanto, estamos abrindo o processo efetivamente para mudar as coisas. Porque eu não concordo. Eu contava algo ainda agora, em uma reunião, a Stefânia ouviu. Vou contar para vocês todos agora. O Pôr do Sol, os companheiros da Ceilândia conhecem. Um dia um grupo de Deputados – parece que eles não tinham muito o que fazer –, em 2002, desta Câmara Legislativa, foi lá no Pôr do Sol tomar café com uns caras que queriam grilar. Voltaram de lá para a Câmara Legislativa e elaboraram um projeto de lei autorizativo. Vocês, cidadãos comuns, não sabem o que é lei autorizativa. Quando dizem que é lei, é lei, e pensam que vale. E autorizativo não vale.

O que dizia a lei autorizativa? A Câmara Legislativa, através dessa lei, autoriza o Governo do Distrito Federal a abrir um processo de estudos da viabilidade da transformação da área que era rural em área urbana, com um agravante: é dentro do parque da Arie. Promulgaram aqui, porque estava perto de eleição para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	43

ganhar voto dos incautos. Voltaram lá: “Está aqui, tem uma lei. Pôr do Sol pode”. Aí as pessoas compraram e o governo da época, 2002, naturalmente apoiou.

Só que, em 2003, a Terracap entrou com processo de reintegração. Ficaram lá o governo e os deputados da base do governo da época mentindo para as pessoas, e a Terracap com a ação. Agora saiu a reintegração de posse para a Terracap. Portanto, a Justiça julgou, já há decisão do tribunal mandando reintegrar. Aí não foi a Terracap que foi notificar, foi o oficial de Justiça. A doutora foi de casa em casa, dizendo: “Trinta dias para sair de maneira pacífica”.

Em seguida, o juiz, o desembargador, determinou que requisitassem forças policiais, para saírem de maneira coercitiva. Imaginem as pessoas que estão lá esse tempo, recebem aquilo, ficaram doidos. Eles me procuraram. Fiz uma reunião grande com eles. No dia, não foi ninguém trabalhar, ficou todo mundo lá. De lá eu liguei para o Governador, que determinou à Terracap que não executasse a ação que o GDF tinha ganhado, porque nós iríamos encontrar uma saída para eles continuarem lá.

Para isso, vocês sabem, estamos redefinindo a poligonal da área e vamos redefinir a poligonal do parque. O Ibram está fazendo esse estudo porque 80% do Pôr do Sol ficam dentro do parque e não se pode legalizar. Aí, definida em seguida a poligonal do parque, a Terracap, juntamente com a Secretaria, entra com o processo urbanístico e transforma efetivamente num bairro legal.

No dia em que a gente estava discutindo, uma pessoa falou: “Deputado, mas a Terracap vai cobrar da gente”. Eu falei: “Meu amigo, é o seguinte, vocês pagaram para um miserável de um grileiro, ninguém foi embora, embolsou”. Portanto, na hora que a gente for discutir isso aqui, vai ter gente que vai se enquadrar dentro da legislação que existe hoje da baixa renda, e que não vai pagar. E tem gente que está bem e que vai pagar. Parece-me que a Terracap parcela em quinze anos. Eu falei: vamos primeiro resolver a questão da legalidade. Porque a determinação que o Governador está dando é que ninguém saia e que não vai cumprir a determinação judicial.

É isso, Stefânia. Nós estamos ombro a ombro com vocês nessa batalha. Agora, doutora, aqui não precisa a gente ensinar reza para freira, não é? A senhora sabe, com esse processo da notificação da Terracap, com os documentos que estão sendo disponibilizados, as medidas judiciais que têm que ser tomadas. Portanto, nós vamos agir em todos os campos. Antes vocês não tinham nem como mover uma ação porque não tinham notificação, não é isso? Como é que você ia mover uma ação? Você ia chegar lá, e o juiz ia dizer: “Essa doutora ficou doida, não tem nada aqui”. O outro não tinha o documento, o contrato. A Terracap vai disponibilizar os contratos que existem para todo mundo, para ter mais um instrumento.

Portanto, doutora, nós vamos agir em todos os campos. Aqui nós estamos agindo na esfera política. A senhora vai agir na esfera judicial. O Lúcio vai ajudar a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	44

gente também, porque é um companheiro envolvido efetivamente com a agricultura e o bem estar.

Eu tenho aqui uma carta da Sedhab que mostrei para o Lúcio. Eu não vou ler essa carta, vou levar para o Governador. Eu não vou ler. Isso eu não vou ler, vou levar para o Governador, porque a Sedhab vai aprender a nos respeitar. (Palmas.)

Fazer habitação, acho muito importante, mas é importante também respeitar o produtor rural, respeitar o direito das pessoas. Não acredito em governo que não tem alma, que não tem espírito, que não vê gente. A burocracia não pode ver só papel, tem que ver ser humano, gente.

Já são 18h30min43s.

Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares que passaram por aqui. Inclusive quero pedir ao companheiro do gabinete do Deputado Robério que leia a mensagem enviada pelo Deputado.

ASSESSOR DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – “Exmo. Sr. Deputado, prezados senhores e senhoras, discutir a regularização dos chacareiros da Vargem da Bênção é uma iniciativa extremamente importante. A representatividade que essa região tem para a economia do Distrito Federal é grande, pois produz cerca de 40% das hortaliças consumidas no Distrito Federal.

Sabemos que a segurança jurídica é tão importante ao povo quanto a própria estrutura física da moradia. Tem impacto direto sobre a autoestima, além de ser direito preconizado pela Constituição Federal.

Por esta razão, a regularização fundiária e urbanística da região é, portanto, tema de importância incontestável e tem sido, pelo que parece, relegado a segundo plano por sucessivos governos. Cabe a nós Parlamentares e representantes do povo não permitir que essa insegurança habitacional se alongue por mais tempo.

Mesmo estando ausente a este importante evento, por compromissos que extrapolam a minha vontade, ausência pela qual peço desculpas, sou um dos maiores defensores dos direitos dos moradores e me coloco à disposição como Parlamentar e como Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Robério Negreiros, Deputado Distrital – PMDB/DF.”

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Vocês sabem que uma audiência desta não acontece se não tiver um conjunto de pessoas que ajudem. Faço questão, em todas as audiências e em todas as comissões gerais que promovo, de agradecer, uma por uma, às pessoas que participam e que ajudam.

Não é comum servir cafezinho às pessoas nas audiências e nas comissões gerais. Acho que o mínimo que podemos servir aos nossos visitantes é um cafezinho quente. Isso é uma coisa que minha mãe me ensinou lá no interior do Maranhão. Na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2013	15h20min	93ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM. GERAL	45

hora em que chegava uma pessoa, mesmo que só tivesse a última colher de pó, fazíamos café. (Palmas.)

Quero agradecer à equipe do Cerimonial, o Kenedy; à equipe da Segurança da Câmara, Jacson, Tatiane, Jarbas e Célia; ao operador de som que está lá em cima, o Massaro; à equipe da Copa, Sr. Francisco e Srta. Voney, que serviram cafezinho e água para vocês; à equipe do meu gabinete, Fred, Neuzete, Idalina, Vítor, Denise, Maria Nunes, Marcelo, Pádua, Lúcia, Gisele e Cristiane.

Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e da comunidade aqui representada por suas lideranças, que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento.

Antes de encerrar, Lúcio, quero lhe dizer, pela confiança que tenho em você, que você é um aliado importante e fundamental para resolvermos esse problema aqui e chegarmos a bom termo. Também a Terracap é fundamental.

Só quero explicar a diferença entre uma comissão geral e uma audiência pública. A comissão geral ocorre quando transformamos a sessão ordinária em comissão geral. Portanto, a comissão geral tem mais força, tem mais importância do que a audiência pública.

Obrigado a todos vocês que compareceram aqui no dia de hoje.

Declaro encerrada esta comissão geral. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 18h35min.)